



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE HISTÓRIA

GRAZIELA VITÓRIA DONIN

**POVOAMENTO GUARANI NO ALTO VALE DO RIO URUGUAI,
MARCELINO RAMOS –RS:**

MODELO DE SISTEMA DE ASSENTAMENTO E ARQUEOLOGIA

Erechim – RS

2014

GRAZIELA VITÓRIA DONIN

**POVOAMENTO GUARANI NO ALTO VALE DO RIO URUGUAI,
MARCELINO RAMOS –RS:**

MODELO DE SISTEMA DE ASSENTAMENTO E ARQUEOLOGIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino

Co-orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Erechim - RS

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Donin, Graziela Vitoria
Povoamento Guarani no Alto Vale do Rio Uruguai,
Marcelino Ramos - RS: Modelo de Sistema de Assentamento
e Arqueologia/ Graziela Vitoria Donin. -- 2014.
65 f.:il.

Orientador: Jaisson Teixeira Lino.
Co-orientador: Gerson Wasen Praga.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Erechim, RS , 2014.

1. Arqueologia Guarani. 2. Pre-História. 3. Sistema
de Assentamento. I. Lino, Jaisson Teixeira, orient. II.
Praga, Gerson Wasen, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

GRAZIELA VITÓRIA DONIN

**POVOAMENTO GUARANI NO ALTO VALE DO RIO URUGUAI,
MARCELINO RAMOS –RS:**

MODELO DE SISTEMA DE ASSENTAMENTO E ARQUEOLOGIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino
Co-orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 26/11/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino – UFFS

Prof. Dr. Everson Paulo Fogolari

Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva – UFFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por ter me ensinado o caminho, por ter sido a minha base e me fortalecido quando precisei.

Agradeço aos colegas, que fiz amigos, por termos caminhado junto, dividindo problemas e compartilhado alegrias e experiências.

Agradeço ainda aos diversos professores que fizeram parte dessa trajetória, serão lembrados com carinho.

E por fim, agradeço a paciência e dedicação do meu orientador, que guiou a construção desta pesquisa.

A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais, se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que os produziram, o mais importante terá se perdido. (BROCHADO, 1984: p.565)

RESUMO

A presente monografia discute um modelo de sistema de assentamento para a ocupação Guarani no Vale do Rio Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul. Objetiva-se com isso, averiguar o modelo de sistema de assentamento utilizado pelos índios Guarani que ocuparam as margem do rio Uruguai no estado gaúcho. Abordar a história indígena da região norte deste estado, no município de Marcelino Ramos, compreendendo a interrelação entre a população Guarani e o meio ambiente. Averiguar a dinâmica de mobilidade apresentada por eles, contribuindo assim para uma história de longa duração, no que se refere a população indígena do sul do Brasil. Para tal propósito se fez necessária a análise da documentação proveniente do Acervo Marilandi Goulart, resultado do Projeto de Salvamento Arqueológico Alto Uruguai. Efetuou-se um levantamento de dados, em um segundo momento comparou-se tais dados com outros estudos sobre a mesma problemática em outras regiões, com a mesma problemática, observando-se assim as mudanças e permanências. Como resultado desta pesquisa observa-se que os sítios sem a presença da cerâmica fazem parte de um mesmo sistema, neste caso da ocupação Guarani na área de estudo mencionada acima. A afirmação de que um sistema de assentamento sem a presença da cerâmica é automaticamente associado a grupos caçadores-coletores, não possui comprovação a partir dos dados apresentados nesta pesquisa. Após a análise de algumas características ambientais, observa-se a existência de um eficiente manejo e controle de recursos naturais, indicando abundância de recursos alimentares durante todo o ano.

Palavras chaves: Arqueologia Guarani. Pré-história. Sistema de Assentamento.

ABSTRACT

This monograph discusses a settlement system model for Guarani occupation in the Valley of the Uruguay River, in the state of Rio Grande do Sul. The objective is to thereby ascertain the settlement system model used by Guarani Indians who occupied the bank of Uruguay River in Rio Grande do Sul state. Addressing the indigenous history of the northern region of this state, in the municipality of Marcelino Ramos, comprising the interrelationship between the Guarani population and the environment. To investigate the dynamics of mobility by them, thereby contributing to a long-standing history, as regards the indigenous population of southern Brazil. For this purpose it was necessary to review the documentation from the Marilandi Collection Goulart, a result of the Archaeological Rescue Project Alto Uruguay. We conducted a survey of data, in a second step we compared these data with other studies on the same issue in other regions, with the same problem, so looking up the changes and continuities. As a result of this research it was observed that the sites without the presence of the ceramic part of the same system, in which case the study of Guarani occupation area mentioned above. The statement that a settlement system without the presence of pottery is automatically associated with hunter-gatherer groups, not possess proof starting of the data presented in this research. After analyzing some environmental characteristics, there is the existence of an efficient management and control of natural resources, indicating abundance of food resources throughout the year.

Keywords : Archaeology Guarani. Prehistory. Settlement system.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Mapa da localização geográfica do Município de Marcelino Ramos – RS.....	9
Fotografia 1- Vista geral do sítio arqueológico 185-I, localizado na feição geomorfológica de 2º terraço.....	34
Fotografia 2- Vista geral do sítio arqueológico 237-I, localizado na feição geomorfológica de 2º terraço.....	38
Fotografia 3- Imagem de um fragmento de cerâmica encontrado no sítio arqueológico 237-I.	38
Fotografia 4- Vista geral do sítio arqueológico de número 241-I, localizado na feição geomorfológica de encosta inferior.	39
Fotografia 5- Vista geral dos sítios arqueológicos 247-I e 247-I, localizado na feição geomorfológica de meia encosta.	42
Fotografia 6-Vista geral dos sítios arqueológicos de número 286-I e 286-II, localizados na feição geomorfológica de 2º terraço.	44
Mapa 2- Mapa Hidrológico com a localização dos sítios arqueológicos (pontos pretos) do município de Marcelino Ramos –RS.....	46
Mapa 3 - Mapa de localização geográfica da região de inserção do município de Marcelino Ramos – RS.	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Localização dos sítios arqueológicos quanto as feições geomorfológicas.	47
Tabela 2– Localização dos sítios arqueológicos quanto as altitudes.	47
Tabela 3– Drenagem mais próxima quanto a categoria.	48
Tabela 4– Distância dos sítios as drenagens mais próximas.	48
Tabela 5 – Tipo de material encontrado.	48
Tabela 6– Distância com relação ao afloramento de rocha mais próximo.	49
Tabela 7– Fatores de destruição da área dos sítios arqueológicos.	49
Tabela 8- Área dos sítios arqueológicos	50
Tabela 9– Área de alcance do campo de visão.	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ARQUEOLOGIA GUARANI NO SUL DO PAÍS: HISTÓRICO E INTERPRETAÇÕES	20
2.1 HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO SUL DO BRASIL	22
2.2 MODELOS INTERPRETATIVOS.	25
3. PERFIL AMBIENTAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.....	30
3.1. CARACTERIZAÇÕES DOS SÍTIOS	32
4 SISTEMA DE ASSENTAMENTO PARA A OCUPAÇÃO GUARANI NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.	47
4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.	51
5 CONCLUSÕES FINAIS	56
REFERENCIAS	59
ANEXOS	61
ANEXO A	62

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Arqueologia como ciência no Brasil ocorreu na década de sessenta do século passado, com a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado por Betty Meggers e Cliford Evans. (CARBONERA 2008). As pesquisas efetuadas por seus profissionais possibilitaram o levantamento e a localização de sítios arqueológicos, contendo vestígios de ocupação humana por todo Brasil. Localizaram também de registros de populações Tupi (então classificada como tradição Tupiguarani) em diversos lugares do país, incluindo sítios Guarani no Vale do Rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Mapa 1- Mapa da localização geográfica do Município de Marcelino Ramos – RS.

Fonte: Wikipédia.

O Rio Uruguai integra a bacia hidrográfica do rio da Prata e assim fez parte da rota de migrações. Foi através dele que as levas migratórias saídas da região amazônica penetraram pela região sul do Brasil. Segundo Noelli (1999-2000), o início da colonização e ocupação da região sul do país ocorreu aproximadamente entre 2500 à 2000 antes do presente, por populações ceramistas.

Durante o século XX, um estudo do potencial energético do Rio Uruguai, apontou para a capacidade de construção de vinte e duas usinas hidrelétricas ao longo de seu curso. Neste período já era feito, para obras de grande impacto ambiental, o desenvolvimento de projetos de salvamento. Tendo em vista o cumprimento da portaria do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 1986, passa a ser desenvolvido então, o Projeto de Salvamento

Arqueológico Uruguai – Barragem Itá, o projeto foi executado durante os anos de 1980 até 1997 pela arqueóloga Marilandi Goulart e sua equipe, em parceria com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e a Universidade Federal de Santa Catarina (USC). (CARBONERA 2008).

Ao longo da execução deste projeto foram encontrados 310 sítios arqueológicos nas margens do Rio Uruguai e seus afluentes, destes 227 foram localizados na região que pertence ao estado de Santa Catarina e 79 na região que pertence ao estado do Rio Grande do Sul. O objeto de estudo deste trabalho é o conjunto de dezoito sítios arqueológicos registrados no município de Marcelino Ramos¹, no segundo estado. A área contemplada neste município foi atingida pelas usinas hidrelétricas de Itá e de Machadinho, todos estes sítios hoje se encontram submersos pelas águas das barragens. (GOULART 1997). O recorte geográfico precisou ser reduzido em função da grande quantidade de sítios arqueológicos registrados neste projeto, tal recorte tem como função analisar o sistema de assentamento da região no período pré-colonial, futuramente pretende-se ampliar a área de análise.

De início a escolha havia sido a de fazer o estudo em todo o conjunto de sítios no Vale do Rio Uruguai. Essa ideia logo foi abandonada tornando-se necessário a redução do recorte geográfico, sendo assim permanece apenas com os sítios arqueológicos do município de Marcelino Ramos dentro do estado gaúcho.

O conjunto de relatórios do Acervo Marilandi Goulart são fontes primárias. A parte dos relatórios do Projeto de Salvamento Alto Uruguai – Barragem Itá acessada está atualmente localizada na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus de Erechim, depositados no Núcleo Regional de Arqueologia. (CARBONERA 2008). A escolha em trabalhar com determinada fonte se deu em função de se ter um material, contendo importantes informações, a cerca da ocupação indígena na região do Alto Uruguai sendo arquivado em uma instituição de ensino da cidade de Erechim, próximo ao município analisado. Sendo assim acredita-se que este trabalho possa contribuir com a história regional, no que se refere à população indígena que até os dias de hoje ainda vivem nessa região.

Nos estudos a respeito da pré-história brasileira existe uma série de lacunas que necessitam ser preenchidas, o desenvolvimento de estudos sistemáticos poderia trazer

¹ O município está localizado em área de divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apresenta localização estratégica, seu desenvolvimento seu deu no início do século XX, quando seu território foi cortado pela estrada de ferro São Paulo – Rio Grande/RS. Se caracteriza pela ocupação de imigrantes europeus, que fixaram ali pequenas propriedades rurais onde trabalhavam a terra através do arado. O censo demográfico de 2010 apontou uma população de 5.134 habitantes.

contribuições no que se refere a pesquisas mais profundas e mais completas acerca dos povos indígenas, bem como apontar relações entre as diferentes populações. Existe também, a necessidade de estudos no âmbito da história regional abordando aspectos diversos de cada grupo indígena que veio a povoar o sul do país. (NOELLI 1999-2000)

Segundo Noelli (1999-2000), a região sul do Brasil é uma das mais conhecidas arqueologicamente, contendo a maior concentração de profissionais, com inúmeros cursos e instituições ligadas a área. As evidências apontam para ocupação humana na região a cerca de 12.000 antes do presente, por grupos caçadores-coletores. Por volta de 2.500 a 2.000 anos antes do presente, o sul do país passou a ser ocupado por populações agrícolas, portadores da técnica da cerâmica. Tendo em vista seu modo de adaptação ao meio, incluíram no seu conjunto de subsistência novas espécies de plantas e de animais encontradas na região. Sua organização política e social era baseada em alianças regionais de unidades políticas, através de laços de parentesco e reciprocidade. De acordo com o autor ainda:

Eles trocavam sistematicamente informações e pessoas, contribuindo para a manutenção e reprodução constante de sua cultura material, da língua, etc. Assimilavam pessoas de outras etnias, impondo-lhes seus comportamentos, língua e sistemas tecnológicos, o que também contribuía para a reprodução de aspectos culturais. (NOELLI, 1999-2000: p.227).

Existiram três correntes migratórias humanas que ocuparam a região, a primeira, por volta de 13.000 a 12.000 antes do presente, que aparentemente, conseguiram manter seu padrão de caçadores-coletores até cerca de 2.500 antes do presente. A segunda ocupação então teria se dado por volta de 2.500 anos antes do presente por dois grupos de matriz cultura distinta portadores de cerâmica, o primeiro Tupi, saído da Amazônia, e o segundo Macro-Jê, saído da região Centro-Sul do país, estes por sua vez, trouxeram consigo um modelo de manejo agroflorestal e de organização sócio-política distinto das primeiras populações. A forma como essa população ceramista se organizou proporcionou um alto nível de expansão territorial e numérica, expulsando e assimilando os que até então ali viviam. (NOELLI 1999-2000).

Quanto ao modelo de sistema de assentamento que estará sendo discutido a seguir, Noelli (1993)² apresenta uma nova interpretação no que se refere a ocupações Guarani no sul do país, em especial a analisada por ele no Delta do Rio Jacuí. Este modelo é defendido por

² Noelli elaborou um estudo aprofundado sobre o modo de ser Guarani. Reconstituindo os aspectos ligados a subsistência, construiu um modelo de sistema de assentamento detalhando as diferentes formas de obtenção de alimento e de matérias-primas para confecção de seus utensílios. Reconstituiu ainda as relações sociais dentro da aldeia e entre várias aldeias. Para mais detalhes sobre o modo de vida Guarani, consultar a obra do autor “Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo de etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí, Rio Grande do Sul.” de 1993.

Dias (2003) e por Lino (2009) tendo por base as respectivas regiões onde desenvolveram suas pesquisas, tais modelos estarão sendo melhor apresentados no decorrer do trabalho. Dessa forma é possível apontar para uma semelhança, no sentido de verificar um modelo de sistema de assentamento que seja dependente das mesmas estruturas apresentadas nos estudos acima destacados.

Para Noelli (1993), a população Guarani é essencialmente prescritiva³ e ligada à tradição, ou seja, seus comportamentos já estariam pré-determinados e baseados no conjunto cultural do grupo. Esta população tendia a assimilar o estrangeiro e suas características ao seu grupo e cultura. No que se refere ao modelo de subsistência, a relação entre seres humanos e natureza se dava de forma adaptativa, tendo em vista que os Guarani do sul do país, são originários de levadas migratórias da Amazônia, costumavam incluir em sua bagagem alimentar novas espécies da fauna e da flora que encontravam pelas diferentes regiões onde se estabeleceram.

O eficiente modelo de manejo agroflorestal desenvolvido proporcionou abundância de recursos para a subsistência dos grupos, instalavam-se em locais próximos de recursos hídricos, facilitando o acesso a água bem como a um solo fértil para a realização da atividade agrícola. Por sua vez esta abundância de recursos costumava resultar em um aumento populacional provocando divisões na aldeia e aumentando a quantidade de assentamentos. Para os Guarani ainda, é dada uma grande importância ao universo religioso, sendo esta a base da sociedade. (NOELLI 1993; DIAS 2003).

Dentre os objetivos propostos, o que norteia esta pesquisa é averiguar, através da análise de mapas e relatórios elaborados no Projeto de Salvamento Uruguai, o modelo de sistema de assentamento utilizado pelos Guarani na região de enfoque. Pretende-se ainda abordar a história indígena Guarani da região norte do estado do Rio Grande do Sul. Buscando compreender a interrelação entre os grupos Guarani e o meio ambiente, o manejo dos recursos hídricos, da fauna e da flora, bem como a produtividade agrícola no que se refere ao modo de subsistência. A identificação das preferências de localização geográfica e local de instalação dos assentamentos. Apresentando alguns conceitos chaves para a discussão do assunto além de averiguar a dinâmica de mobilidade e territorialidade dos grupos, contribuindo assim, para uma história Guarani do sul do Brasil na longa duração.

É proposto nesta pesquisa, a partir da análise dos relatórios e mapas do Acervo

³ O conceito é mais bem abordado na página 27.

Arqueológico de Marilandi Goulart, analisar o modelo de sistema de assentamento recorrente na região de ocupação indígena Guarani ao longo da área de estudo, levando em conta fatores de mobilidade e de territorialidade. Esta pesquisa assume também, o compromisso de contribuir com a história local no que se refere à população indígena que habitou essas paragens antes da ocupação européia. A análise da documentação do Acervo Marilandi Goulart, forneceram dados referentes à localização dos sítios arqueológicos e quais as preferências quanto aos recursos hídricos, de solo, flora e fauna, bem como a distância entre o assentamento e o local de fornecimento de material necessário para a subsistência do grupo. Em um segundo momento, tais dados foram problematizados com outros estudos elaborados sobre o mesmo tema em outras regiões. Efetuou-se a comparação com esses casos percebendo as mudanças e permanências, tornando-se necessário abordar os modelos já propostos para a cultura Guarani no sul do Brasil, como por exemplo, o de Noelli (1993) para o Vale do Rio Jacuí e o de Lino (2009) para o Vale do Rio Araranguá em Santa Catarina.

A criação do PRONAPA foi determinante para o deslocamento das pesquisas para o sul do país e na formação profissional dos primeiros arqueólogos no Brasil, bem como na abertura de novos cursos nesta área. Tal programa preocupava-se em demasia com os métodos do que com a questão teórica, Meggers (1987) desenvolveu sua análise focada no determinismo ecológico cultural.

Na obra de Betty Meggers “Amazônia – A Ilusão de um Paraíso (1987), a autora destaca o fato de que os problemas ligados a subsistência se transformaram no fator determinante para a compreensão da ocupação indígena na Bacia Amazônica, ou seja, o desenvolvimento do grupo estava intimamente ligado a produção e consumo de alimentos. Para comprovar sua tese a autora desenvolveu pesquisas em dois ambientes distintos da região em questão; o primeiro em terra firme e o segundo em região de várzea ou alagadiça.

O primeiro era constituído de terra firme e solos pobres, com precipitação de chuva incerta e vegetação exuberante. De acordo com a autora, se desenvolvia um equilíbrio resultante da interação entre estes fatores. A prática da agricultura rompia com tal equilíbrio causando o empobrecimento do solo, com isso a queda na produção e a baixa dos nutrientes indispensáveis para a subsistência Guarani.

O segundo ecossistema seria caracterizado pelo alagamento proveniente das enchentes, isso provocava um acúmulo de matéria orgânica tornando o ambiente atraente em termos de subsistência, tendo em vista uma maior produtividade agrícola. Havia mais concentração proteica, isso também influenciava no desenvolvimento da flora e da fauna, integrantes da

alimentação dos grupos.

De acordo com Meggers (1987) o ambiente foi determinante no desenvolvimento cultural dos grupos Guarani estudados, em decorrência da pobreza alimentar, por conta disso, eles desenvolviam mecanismos adaptativos. Sendo assim, o nível de desenvolvimento cultural estava ligado a alimentação da tribo e ao controle populacional. As adaptações funcionavam como respostas para a maximização alimentar do meio.

Este pressuposto foi chamado de modelo *standard* e foi transposto para o estudo de regiões de ocupação Guarani no sul do Brasil, um destes é o estudo de Jairo Rogge (1996) realizado no Vale médio do Rio Jacuí. Em sua pesquisa o autor amplia o modelo de territorialidade proposto em outro trabalho por Schmitz (1985).

O trabalho de Rogge (1996) “procurou por meio do estudo do uso do espaço e da cultura material perceber quais são estes mecanismos acionados na adaptação e quais os fatores limitantes que inibiram um maior desenvolvimento desta tradição cultural.” (LINO 2009: p. 45). Neste trabalho o autor, fazendo uso do modelo proposto por Meggers para a área de várzea, procurou explicar as limitações para com o desenvolvimento dos grupos Guarani, para tal fim, ele fez uso de uma abordagem ecológica desconsiderando os aspectos sociais e culturais.

Analisando os aspectos das pesquisas concluí-se que a região possuía um solo fértil que possibilitava a prática da agricultura e um bom rendimento, além de vasto recurso alimentar. Tal pesquisa apontou para um grande deslocamento das aldeias, o autor relacionou isso com a falta de recursos alimentares, porém essa conclusão acaba não sendo sustentada empiricamente. (LINO 2009).

De acordo com Lino (2009), a grande mobilidade das áreas de roça se daria em função da falta de cuidado para com as áreas de cultivo destas. Em função de estarem localizadas em solo fértil, depois da derrubada da vegetação nativa nas áreas de roça, as plantas logo ocupariam o local novamente por entre a plantação. Isso provocava um abandono daquela área e a busca de novas regiões para a prática agrícola. Tornava-se mais prático a abertura de uma nova clareira do que a manutenção da antiga roça.

Ou seja, as explicações para a mobilidade eram dadas somente em função de fatores ligados a recursos alimentares. Não era observado, por exemplo, a preferência de procura por um novo local livre do acúmulo de detritos domésticos ao longo do tempo. Fatores ligados a crença e tabus religiosos também não eram considerados.

A arqueologia da paisagem é um fator determinante em estudos de modelo de sistema de assentamento de grupos pré-históricos, como trata Boado (1999). Está surge como uma proposta para o estudo da espacialidade humana e tem como objetivo aproximar a interpretação do registro arqueológico.

Este autor concebe a paisagem como algo culturalmente modificado, “(...) nos propomos conceber a paisagem como o produto sócio-cultural criado pela objetivação, sobre o meio e condições espaciais, da ação social tanto de caráter material como imaginário.” (BOADO 1999: 5). Ou seja, o ser humano modifica o espaço onde habita, transforma, constrói seu próprio meio sócio-cultural.

Para Boado: “Sob esta denominação podemos entender um programa de investigação orientado para o estudo e reconstrução das paisagens arqueológicas, ou melhor, o estudo com metodologia dos processos e formas de aculturação do espaço ao longo da história.” (BOADO 1999: p. 6). A arqueologia da paisagem está sendo usada nesta pesquisa no sentido de compreender os diferentes usos da espacialidade pela população Guarani, para desta forma desenvolver um estudo mais amplo da interrelação entre a população humana e o meio e as modificações provocadas no entorno das aldeias, entendendo a paisagem como um produto cultural humano.

Neste caso o espaço está sendo convertido em objeto de investigação arqueológica e estudado em três aspectos sugeridos por Boado (1999), o espaço enquanto entorno físico, enquanto entorno social e enquanto entorno pensado. Ao entender a paisagem como um produto humano, ela passa a ser estudada pela Arqueologia da Paisagem.

O autor afirma que toda sociedade possui um sistema de representação que ao longo do tempo foi usado para o que ele denomina de domesticação do espaço físico. Afirma ainda que tem como objetivo a reconstrução da dimensão simbólica da paisagem. Para tal ele propôs uma análise do espaço dividida em quatro fases. A primeira fase corresponde ao estudo de um conjunto específico de fenômenos e da escala de um determinado nível de articulação espacial, nesta fase se estabelece um Modelo Concreto Hipotético através da análise formal do espaço e da sua morfologia; a segunda fase corresponde a análise do estudo dos outros níveis de articulação espacial, onde se observa a regularidade discursiva e um Modelo Concreto Ideal; na terceira fase se faz a comparação do Modelo Concreto Hipotético considerando a ação social; e na quarta fase se estabelece uma contraposição dos resultados obtidos. Em resumo: análise formal, etapa desconstrutiva, etapa descritiva e etapa interpretativa. Tais etapas tem como resultado interpretações débeis ou fortes.

Boado (1999) estabeleceu uma proposta metodológica onde propôs a reconstrução da paisagem em suas três dimensões, bem como a configuração da paisagem, reconstrução dos processos de formalização dos elementos e análise de suas condições de visibilidade, servindo ainda como processo metodológico para descrever e interpretar os elementos. Estabeleceu também os procedimentos de análises dividido em cinco passos que são; a análise formal do espaço e morfológica, fisiográfica, de trânsito, das condições de visualização, análise do terreno e topografia.

Em resumo o que a Arqueologia da Paisagem propõe é a desconstrução do espaço físico para descobrir sua morfologia e configuração interna, para depois reconstruí-la mediante descrição, descobrindo as diferentes dimensões de seu contexto significativo. Ao efetuar o passo de desconstrução do espaço, é estudado a interrelação entre assentamento e padrão de movimento e a situação entre os assentamentos e os espaços físicos e naturais.

No que se refere a troca do local da sede da aldeia, ele se dava muito mais por razões culturais, tabus ou crenças do que por falta de recursos. Um dos sítios analisados por Dias (2003) aponta para um deslocamento periódico da sede da aldeia por questões sanitárias. A autora ainda afirma que as ocupações Guarani eram de longa duração e em áreas agricultáveis.

O sistema de manejo ambiental e a prática da agricultura proporcionou a inclusão de mais espécies de flora e de fauna no seu aporte alimentar, bem como a dispersão de espécies arboríferas pelos diferentes territórios por onde passaram, ampliando a biodiversidade. Outra prática comum era a troca de mudas e sementes entre os *tekohá*. (NOELLI 1993).

Lino (2009) em seu estudo feito para o Vale do Rio Araranguá em Santa Catarina, aponta para a prática de um controle populacional, bem como da natalidade e com a distribuição igualitária da população no território, desenvolveram então mecanismos como sistemas de tabus, feitiçarias e guerras. O autor frisa para a importância de se levar em conta aspectos sociais e simbólicos do grupo, bem como uma abordagem ecológica que domine os estudos do uso do espaço, para tal, as variáveis ambientais devem ser observadas.

Os Guarani agiam de forma performativa⁴, adaptavam-se ao meio alcançando equilíbrio, que por sua vez, gerou abundância de recursos. Levando em conta que boa parte destes era proveniente da agricultura e as chuvas eram imprevisíveis, desenvolveram um eficiente sistema de armazenamento e desidratação de alguns alimentos, como o pinhão e o aipim. (NOELLI 1993).

⁴ O conceito é melhor apresentado na página 27.

Ainda de acordo com este autor, o padrão dos assentamentos Guarani só foi rompido com a chegada da ocupação européia nos séculos XVI e XVII, desestabilizando a sua organização social, política e de subsistência. Isso foi provocado através da queda demográfica causada por doenças trazidas pelos invasores e pela guerra de extermínio implementada em várias etapas ao longo dos anos seguintes. Provocaram também um processo de desterritorialização das aldeias, bem como o fim das alianças inter-tribais.

Os Guarani eram por excelência povos prescritivos, segundo Noelli (1999-2000), o conjunto cultural era passado de geração em geração sem sofrer mudanças radicais, porém, estes costumavam absorver o estrangeiro. Ao longo do tempo, por onde as levadas migratórias Guarani passaram, tiveram contato com outros grupos, no sul do país, tiveram contato com tribos da cultura Jê, absorvendo aspectos de seu bojo cultural. Essas levadas migratórias saíram do ambiente amazônico, com um clima diferente do sul do Brasil, adaptaram-se ao novo ambiente, incluindo na sua alimentação, novas espécies da fauna e da flora.

Quanto ao comportamento prescritivo das populações Guarani, se refere ao conjunto de práticas já prescritas na sua cultura, que são passadas de geração em geração sem sofrer mudanças substanciais, de acordo com o conceituado por Sahlins (2003). Por esta razão as pesquisas arqueológicas voltadas a povoação Guarani, devem levar em conta aspectos relacionados a sua cultura material, juntamente com o meio ambiente onde se localizam os sítios. Por isso generalizações feitas em pesquisas no século passado, equivocaram-se e tomaram muitas informações de maneira controversa, contribuindo para o fortalecimento de certos preconceitos históricos com relação a população indígena.

Os estudos referentes a Arqueologia da Paisagem buscam problematizar os dados encontrados na documentação do Acervo Marilândi Goulart, para montar um modelo de sistema de assentamento Guarani na região em questão. A interação entre o ser humano e o meio, sua preferência de instalação dos sítios, considerando a distância deste até o recurso hídrico mais próximo, características referentes à flora e fauna, entre outros, também são aspectos considerados. A contextualização do local abordado do ponto de vista geográfico se faz necessária para o problema proposto.

Através do sistema de manejo agroflorestal, as aldeias Guarani eram abastecidas de suprimentos, tanto alimentares, quanto de matéria-prima para a confecção de instrumentos utilizados no dia-a-dia, vestes, construção das habitações, etc. O local de instalação da aldeia, em geral, localizava-se próximo de cursos d'água de grande e pequeno porte, os rios pequenos forneciam água para as tarefas cotidianas, forneciam ainda peixes para a sua alimentação.

Na região circundante a aldeia abriam clareiras em meio a mata para a plantação de cultivares de diversas plantas, dentre elas, batata, amendoim, feijão, milho e mandioca, complementavam ainda sua alimentação através da caça de mamíferos, aves, reptéis, anfíbios e coleta de moluscos, insetos e larvas. Por conta do excesso de oferta alimentar em determinadas épocas do ano, possuíam diversas técnicas de estocagem de alimentos para os períodos de escassez e para grandes festas dadas a toda a aldeia ou a aldeias próximas aliadas, por laços de parentesco e reciprocidade. (NOELLI 1993; DIAS 2003).

A prática do manejo agroflorestal apontou para o desenvolvimento de florestas antropogênicas manejadas por milhares de anos, como por exemplo, grandes concentrações de araucárias e de espécies de palmeiras. Próximo a aldeia ainda cultivavam plantas medicinais. (NOELLI 1993; DIAS 2003).

Essas populações tiveram o seu modo de ser Guarani, sua organização social e suas ligações intertribais desestruturadas com a ocupação europeia. De início, suas aldeias tiveram grande baixa populacional em função de contatos com as pestes das quais os autóctones não possuíam imunidade por desconhecê-las, depois foram vítimas dos capitães do mato, foram caçados para servirem de mão-de-obra escrava. Espoliados de suas regiões de domínio, onde desenvolviam seu modo ser Guarani, foram impactadas pelos colonos europeus, que empreenderam uma guerra de extermínio contra os indígenas brasileiros.

Com base no exposto até aqui, deu-se início a elaboração do texto com os resultados das análises e das leituras bibliográficas sobre ocupação Guarani. A pesquisa estará dividida em três fases.

A primeira fase inicia com uma breve apresentação sobre o contexto histórico arqueológico do Brasil e da região sul. É apresentado também o conceito de alguns termos utilizados, relacionados a descrição geomorfológica e ambiental de cada sítio ambiental. Em um segundo momento é abordado as teorias já existentes sobre o modelo de sistema de assentamento Guarani no sul do país e como se tem interpretado.

A segunda fase inicia com a apresentação do contexto geográfico da região sob enfoque. É feita a apresentação de alguns termos ligados as feições ambientais dos sítios arqueológicos, por sua vez, que serão utilizados na segunda parte, onde é feita a descrição de cada sítio.

A terceira fase apresenta algumas considerações cruzando e comparando os dados com autores que abordam a problemática Guarani. Este contém algumas tabelas, que objetivam a

verificação de semelhanças e diferenças quanto ao sistema de assentamento do conjunto de sítios analisados, bem como das feições ambientais. Também é feita a comparação dos sítios arqueológicos de Marcelino Ramos com os apresentados em Lino (2009), estabelecendo semelhanças e diferenças entre ambos os conjuntos.

2 ARQUEOLOGIA GUARANI NO SUL DO PAÍS: HISTÓRICO E INTERPRETAÇÕES

A Tradição Tupi-Guarani teve origem na Bacia Amazônica. Para Brochado (1984), existem duas sub-tradições, a primeira seria a Guarani que migrou para o sul e ocupou as bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e se dispersou pela região Platina até o litoral do que hoje é a divisa dos estados de São Paulo e Paraná. A segunda então denominada de Tupinambá, migrou pela costa do litoral Atlântico norte rumando para sul parando na região já ocupada pelos Guarani. Esse movimento migratório ocorreu por volta de 3.000 anos, Brochado aponta para o fato de que apesar do parentesco, Guarani e Tupinambá produziram histórias e culturas diferentes mantendo algumas semelhanças. Estudos recentes apontam para o surgimento do Tronco Linguístico Tupi por volta de 5000 anos atrás, e da família linguística Tupi-Guarani por volta de 2500 anos atrás. (LINO 2009).

Os Guarani ocuparam a região do Alto Uruguai se sobrepondo aos povos que já habitavam esta área, através da guerra, expulsão e assimilação destes, confinando os que restaram em bolsões. Para Carbonera (2008), a região do Alto Uruguai, objeto de estudo nesta pesquisa, foi ocupada pela população Guarani por volta de 1.500 anos atrás. Goulart (1997) afirma que os povos Guarani foram os últimos pré-históricos a ocupar esta área, estes por sua vez, representam uma adaptação cultural agrícola à floresta. Desenvolveram um processo de agricultura de subsistência onde plantavam diferentes cultivares de milho, mandioca, batata doce, cará, amendoim, feijão e fumo, entre outros. (NOELLI 1993).

Levando em conta o fato de os Guarani serem exímios canoieiros, boa parte dos sítios estavam localizados nas proximidades de um curso d'água navegável. O sistema fluvial da bacia amazônica se tornou o principal meio de difusão da população falante de língua da família Tupi. Em direção ao sul, encontraram os rios Paraguai, Paraná e Uruguai e através deles, puderam se dispersar pelo interior e leste do continente americano. (ROGGE 1996; NOELLI 1999-2000; CARBONERA 2008).

Para Brochado (1984) existe uma ligação entre os grupos indígenas pré-históricos e os da atualidade, o contato com as populações europeias não representou uma ruptura na sua cultura, apenas novas respostas adaptativas. Ou seja, neste caso, os Guarani da atualidade descendem e herdaram essa cultura material dos índios pré-históricos.

Existe uma confusão terminológica referente a estas populações. Usa-se os termos Tupi-guarani, Tupiguarani e Guarani. Para dar continuidade a este estudo é necessária a definição dos termos, conforme abaixo:

- Tupi-Guarani: Povos de matriz amazônica falantes de um tronco linguístico Tupi, originando-se daí dois grandes grupos que migraram para fora da Amazônia: Os Tupinambá e os Guarani. Tal definição foi consolidada desde a década de 1960 por estudos linguísticos e antropológicos (NOELLI, 1999-2000).
- Tupiguarani: Termo criado por pesquisadores do PRONAPA para definir uma tradição arqueológica com ampla distribuição pelo Brasil, vagamente baseada em atributos e características da cerâmica (Terminologia, 1976).
- Guarani: Povos de matriz linguística Tupi que migraram da Amazônia e ocuparam vastas regiões do sul e leste das terras baixas da América do Sul. A partir de revisões, novos enfoques e pesquisas mais consistentes, tem-se associado os vestígios pré-coloniais com a história destes povos, observando-se que trata-se de um grupo cultural com suas próprias especificidades, fazendo parte de um continuum histórico desde 2000 anos até o presente. (NOELLI 1999-2000; LINO 2009).

Rogge aponta para o fato de o tronco linguístico Tupi ser o de maior distribuição na América do Sul:

O Tronco Tupi é, sem dúvida, o tronco linguístico com maior distribuição na América do Sul, ocupando, quando no início da conquista europeia, o Médio e Baixo Amazonas, alguns de seus afluentes da margem sul e praticamente toda a Faixa costeira, da Foz do Rio Amazonas até as Bacias dos Rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Prata, com extensões que chegam à região sub-andina boliviana (Chiriguano) e Alto-amazônica (Cocamas e Omáguas). (ROGGE, 1996: P. 16)

O PRONAPA contribuiu para a difusão desta confusão terminológica. O conceito Tupiguarani foi usado para agrupar diversas sociedades de forma arbitrária, porém

A cultura material dos filiados à tradição ‘Tupiguarani’ em alguns aspectos é similar e em outros não. Por exemplo, analisados fora de seus contextos arqueológicos, os fragmentos cerâmicos do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo têm acabamentos de superfícies semelhantes. Mas, ao compararmos todo o conjunto de informações sobre a cerâmica dos Guarani e dos Tupinambá, notaremos as diferenças morfológicas das vasilhas. Se pesquisarmos detalhadamente as informações dos cronistas dos primeiros contatos, as diferenças de identidade entre os diversos Guarani e Tupinambá nos saltarão aos olhos. (NOELLI, 1993: p. 60)

Neste capítulo estará sendo apresentado um pouco acerca do desenvolvimento da arqueologia no país, com enfoque para a região sul e ao Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai. Em um segundo momento estarão sendo discutidos alguns aspectos referentes aos modelos de ocupação Guarani já proposto pela arqueologia.

2.1 HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO SUL DO BRASIL

A ocupação humana na região sul do Brasil teve início a partir de 12.000 ou 13.000 anos antes do presente, mantendo suas características materiais e culturais até aproximadamente 2.500 anos antes do presente, era formada por populações de caçadores-coletores. Neste período, populações portadoras da técnica da cerâmica e da agricultura, passaram a povoar a região sul do Brasil ocupando boa parte dos espaços, com climas diversificados e com respostas adaptativas de acordo com cada ambiente onde haviam se inserido. As populações Jê que até aquele momento ocupavam a região acabaram sendo expulsas, assimiladas ou exterminadas, o restante sendo confinado em pequenos bolsões, os Guarani então puderam dominar boa parte do sul do Brasil. (NOELLI 1999-2000).

Tendo em vista que a população Guarani é essencialmente prescritiva, mantiveram seu padrão cultural reproduzido constantemente e pouco modificado até a chegada dos europeus. O que era de fora de sua cultura era incorporado e enquadrado em seus códigos, ou seja, o não-Guarani. As populações Guarani possuíam um conjunto simbólico de signos e de tradições em sua cultura, isso era passado de geração para geração sem sofrer mudanças substanciais. Ou seja, o modo de ser Guarani, por isso um apego muito forte a cultura e as tradições. O seu padrão de assentamento era transportado para cada região que ocupavam, trouxeram consigo o processo de agricultura, a cerâmica e as diversas espécies de plantas que já faziam parte da subsistência do grupo.

Em sua organização social ainda, possuíam grandes famílias extensas compostas por várias famílias nucleares, reunidas em torno de uma liderança e mantidas por laços de parentesco e reciprocidade. Através dessas organizações havia uma intensa e contínua troca de informações, objetos e sementes de plantas. (NOELLI 1993; NOELLI 1999-2000; DIAS 2003; LINO 2009).

No que se refere ao modelo de subsistência, puderam incluir em sua dieta alimentar novas espécies da fauna e da flora local. Ainda com a prática do manejo agroflorestal, contribuíram para a dispersão de diversas espécies de plantas, tais como a palmeira, araucária, palmito, butiá e erva-mate, possuindo na sua alimentação mais de trezentos itens vegetais. (NOELLI 1999-2000; NOELLI 1993).

O sistema de manejo agroflorestal consistia no estudo minucioso e detalhado de novas áreas para a abertura de clareiras em meio a mata e para a instalação da aldeia. Era preciso

observar a distância do local do assentamento com relação a locais para obtenção de água, por exemplo, ou ainda de argila para a confecção da cerâmica e de rochas para os instrumentos líticos. Eram abertas clareiras em meia a mata para a instalação de novas roças através do sistema de coivara, em geral a tarefa da derrubada da mata era efetuada pelos homens. Diversas espécies de plantas seriam cultivadas naquele local de forma concomitante, ou seja, cultivares perenes e sazonais. Esse método permitia alimentação durante todo o ano, com grande oferta e variedade. (NOELLI, 1993; LANDA, 1995, DIAS, 2003;).

As antigas roças não eram de todo abandonadas, com o passar do tempo, as ervas daninhas retornavam a crescer e ocupavam a área. O local continuaria a ser manejado, pois restavam as plantas perenes, como por exemplo, as árvores frutíferas, ou ainda como local para atrair animais para serem caçados. (NOELLI, 1993; DIAS, 2003).

Noelli cita a interpretação de Lathrap e Brochado no que se refere as causas da migração para fora da Amazônia. Estes supõe que, devido a alta taxa demográfica da floresta amazônica, em decorrência da qualidade e diversidade na alimentação, tenha pressionado tais populações em sucessivas levas migratórias para a região sul do continente (Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia). (NOELLI 1999-2000).

As pesquisas arqueológicas no sul do Brasil são anteriores aos anos de 1872. De acordo com Noelli seu desenvolvimento pode ser dividido em duas fases, a primeira diz respeito a fase de exploração e coleção feita por amadores e profissionais estrangeiros, entre 1872 até 1954. Existiu uma uniformidade nas práticas e a preocupação maior baseou-se na análise e interpretação da cerâmica, havia falta de escavações, ocorrendo apenas a localização de sítios arqueológicos. (NOELLI, 1999-2000).

A segunda fase inicia-se em 1954 com a fundação da seção de arqueologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), formando diversos profissionais que passaram a atuar na área em questão. Nos anos seguintes, mais cursos foram abertos em diversas instituições ao longo do país. Foi neste período que houve a difusão de técnicas e métodos e a de núcleos de pesquisas e cursos formadores. (NOELLI 1999-2000).

Em 1965 Betty Meggers e Clifford Evans começam a formar profissionais e a dirigir as atividades do PRONAPA. Meggers e Evans padronizaram os métodos que foram utilizados nas pesquisas arqueológicas no Brasil, inaugurando a corrente batizada de Pronapiana. Esta corrente garantiu para si o monopólio das pesquisas científicas no país, segundo Noelli, “Quem não concordava era obrigado a desistir da carreira de arqueólogo, não tinha mais

acesso a financiamentos e a fomento científico.” (NOELLI 1999 – 2000: p. 221).

As pesquisas realizadas através do PRONAPA difundiram uma visão empobrecida, pois impossibilitou a detecção das variabilidades e particularidades de cada grupo e sítio estudado, essa metodologia avançava no sentido da inferioridade evolutiva dos povos indígenas. Noelli ainda afirma “que os dados indígenas serviram para subsidiar alguma especulação ou para ratificar os preconceitos em relação aos alcunhados como ‘bugres’, ‘primitivos’, ‘atrasados’, etc.” (NOELLI 1999 – 2000: p. 222).

Ou seja, a atuação dos pesquisadores pronapianos convergiu no sentido de ignorar a cultura das populações indígenas e tratá-la de forma artificial. Informações históricas, linguísticas e etnográficas não foram consideradas, dissociando da pesquisa arqueológica outras ciências sociais. Sendo assim, foram generalizados para todas as populações indígenas do sul do país, preconceitos criados para o ambiente da Amazônia.

Porém, a criação do PRONAPA foi importante para a abertura de cursos e a formação da primeira geração de arqueólogos profissionais no Brasil. A experiência deste programa foi à primeira em termos científicos no país no que se refere à arqueologia, foi através deste que se deu início ao processo de análise dos materiais cerâmicos e as datações, bem como o estabelecimento das fases e tradições culturais. Ou seja, estabeleceram a base desta ciência em território brasileiro.

Cabe salientar que, apesar dos equívocos ocorridos nas pesquisas pronapianas, a criação e o desenvolvimento de tal projeto foram de suma importância para a formação profissional da primeira geração de arqueólogos no país, além disso, desenvolveram as primeiras pesquisas de cunho acadêmico no Brasil e principalmente na região sul. Outra contribuição do programa foi a identificação de grande número de sítios, o estabelecimento dos métodos de campo e de laboratório e as datações de radiocarbono. (LINO 2009).

É somente a partir dos anos de 1980, que se passou a questionar e refinar os dados provenientes do PRONAPA, através de um processo de renovação no pensamento. A geração de arqueólogos que se formaram a partir dos anos de 1990, então passou a questionar com maior ênfase os dados e as pesquisas superficiais e descritivas realizadas nas décadas passadas. Estes arqueólogos passaram a reformular e criaram novas linhas de pesquisas e teorias para a ocupação indígena e Guarani na região sul do Brasil. (CARBONERA 2008).

Tendo em vista que o projeto de salvamento executado por Marilandi Goulart produziu relatórios e mapas na região que está sendo abordada, é proposto a problematização de tais

relatórios no que se refere ao modelo de sistema de assentamento utilizado pelos grupos indígenas Guarani. Analisar assim, os fatores de mobilidade e de territorialidade, desta forma contribuindo para uma história de longa duração dos povos Guarani dessa região, antes da tomada dela pela ocupação de origem europeia.

A interrelação entre seres humanos e o meio ambiente, o modelo de manejo que era executado será analisado, para desta forma explicar como os Guarani viviam nessa região. Colaborando assim para a elaboração de um quadro interpretativo que venha a somar para o entendimento da história do povo Guarani na região de enfoque.

2.2 MODELOS INTERPRETATIVOS.

Atualmente existem dois grandes modelos explicativos sobre o sistema de assentamento Guarani no sul do Brasil. O primeiro destes foi elaborado por Schmitz (1985) e foi usado para todos os grupos, regiões e tradições indígenas nas Américas. O arqueólogo Francisco Silva Noelli (1993) elaborou uma nova teoria explicativa para tal problemática levando em conta as características geográficas locais e afirmando que o modelo exposto por Schmitz não é válido para todos os grupos e regiões de assentamento indígena. Aprofundando o modelo proposto por Noelli, Dias (2003) e Lino (2009) acrescentam o fator de singularidade de cada região a tal proposta.

Conforme abordado anteriormente, o PRONAPA foi determinante na realização de pesquisas por todo território nacional e na formação profissional dos primeiros arqueólogos no Brasil, bem como na abertura de novos cursos nesta área. Núcleos de pesquisas arqueológicas foram instaurados nos estados do sul, também nos estados atingidos pela floresta amazônica e na região norte do país. (CARBONERA, 2008).

O programa preocupou-se mais com os métodos do que com a questão teórica. Tal proposta levou a equívocos interpretativos, também ignorou informações históricas, linguísticas e etnográficas, impossibilitando a detecção de variabilidades e particularidades de cada grupo. (NOELLI, 1999-2000; CARBONERA, 2008).

Meggers (1987) desenvolveu sua análise focada no determinismo ecológico cultural orientada pelo modelo histórico-cultural em voga naquele momento. De acordo com seus pressupostos, o meio ambiente seria determinante no que se refere ao fornecimento de

proteínas para as populações das aldeias. O grau de proteínas fornecido na sua alimentação estaria diretamente ligado ao grau de desenvolvimento daquele grupo. Uma aldeia instalada em local de solo pobre com pouca diversidade alimentar teria seu desenvolvimento cultural limitado em função de a agricultura também ser pobre. (MEGGERS, 1987).

A autora ainda afirma que os problemas a cerca da subsistência do grupo são fatores determinantes para a compreensão da ocupação indígena na região da Amazônia, em resumo, o desenvolvimento cultural do grupo estaria diretamente ligado à produção e consumo de alimentos. Sua tese é comprovada através do estudo em dois ambientes em terra firme e na região de várzea ou alagadiça.

A região de terra firme se caracterizaria pelos solos pobres, registrando precipitação de chuva incerta e uma vegetação verde e exuberante. Meggers (1987) ainda aponta para o desenvolvimento de um equilíbrio resultante da interação entre estes fatores. Esse equilíbrio seria rompido com a prática da agricultura, o que ocasionaria o empobrecimento do solo, bem como a queda na produção e a baixa dos nutrientes indispensáveis para a subsistência Guarani.

O ecossistema da várzea se caracterizaria pelo alagamento proveniente das enchentes, provocando o acúmulo de matéria orgânica trazida dos Andes, tornando o ambiente atraente em termos de subsistência aumentando a sua produtividade agrícola. Com uma maior concentração de proteínas influenciava o desenvolvimento da flora e da fauna, utilizadas na alimentação Guarani. (MEGGERS, 1987).

Meggers compreende o ambiente como característica determinante para o desenvolvimento cultural relacionado aos grupos indígenas da floresta amazônica, como resposta a insegurança alimentar os mesmos desenvolviam mecanismos adaptativos. Tais adaptações tinham por objetivo readequar cada grupo populacional de acordo com as características do meio ambiente onde estava inserido. O desenvolvimento de certo conjunto de tabus, por exemplo, teriam a finalidade de estabelecer um controle populacional sobre o aldeamento, não ultrapassando o aceitável pelo local. As respostas adaptativas visavam ainda a maximização alimentar. A autora liga o nível de desenvolvimento cultural a alimentação e ao controle populacional.

O modelo *standard* também foi utilizado por Jairo Rogge (1996), no Vale médio do Rio Jacuí. Em tal pesquisa o autor desconsidera o universo social e cultural do grupo Guarani em questão, abordando apenas aspectos ambientais, elabora uma explicação acerca das limitações para o desenvolvimento cultural, as limitações estavam ligadas então, aos recursos

alimentares.

Quanto a grande mobilidade das áreas de roça, estas se dariam em função da falta de cuidado para com as áreas de cultivo, sendo que estavam localizadas em solo fértil, depois da derrubada da vegetação nativa, as plantas logo ocupariam o local novamente por entre a plantação das cultivares. Isso provocava um abandono daquela área e a busca de novas regiões para a agricultura. (NOELLI 1993; LINO 2009).

No que diz respeito as pesquisas arqueológicas realizadas pelo PRONAPA, Brochado (1984) passou a fazer revisões no material proveniente das pesquisas a partir dos anos de 1970, juntamente com seus colegas, iniciaram o desenvolvimento de uma nova abordagem e a questionar os resultados obtidos outrora (DIAS, 2003).

Noelli (1993) juntou-se a este movimento revisionista, analisando os relatórios das pesquisas efetuadas em sítios Guarani. Com isso elaborou uma tese de classificação de domínios territoriais com base na etimologia Guarani, dividida da seguinte forma: *guará*, *tekohá* e *teii*.

Guará era um conceito sócio-político e correspondia a região que era demarcada através de rios ou cadeia de montanhas. Era constituído por alianças entre várias aldeias e mantido por laços de parentesco e reciprocidade. Dias (2003) utiliza registros de padres jesuítas que diz: “De acordo com os jesuítas, alguns *guará* seriam compostos por até 40 aldeias refletindo um modelo de ocupação e manutenção territorial baseado na reciprocidade, na guerra e na antropofagia.” (DIAS 2003: p. 168).

Os *tekohá* eram unidades sócio-econômicas aliadas que compunham o *guará*, foram utilizadas de forma comunal e exclusiva pelo grupo. “Se o *teko* era o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, o *tekohá* era o lugar, o meio em que se davam as condições que possibilitavam a subsistência e o modo de ser dos Guarani.” (NOELLI 1993: 249-250).

Os *tekohá* eram formados por *teii*, correspondiam à parcialidade ou a família extensa. Ou seja, eram conjuntos de casas de moradia, onde poderiam habitar dentro dela várias gerações de um mesmo grupo familiar, ou até mais de uma família.

Um *tekohá* era constituído da aldeia (*amundá*), roças (*cog*), vegetação em torno bem como a mata (*caa*), a área de captação de recursos possuía um raio de aproximadamente 50 quilômetros em torno da aldeia, possuíam roças divididas em lotes por família que eram cultivadas por curto prazo em um sistema de agricultura agroflorestal de longo prazo. Cada área de roça, após um período de exploração, era deixada por aproximadamente 20 anos em

descanso, plantas medicinais também eram manejadas e cultivadas em áreas próximas da aldeia e nos caminhos que ligavam a roça. Recursos da caça, pesca e coleta em geral complementarizam a alimentação e a subsistência Guarani. (Noelli, 1993).

No que se refere a troca do local da sede da aldeia, ele se daria muito mais por razões culturais, tabus ou crenças do que por falta de recursos. Um dos sítios analisados por Dias aponta para um deslocamento periódico da sede da aldeia por questões sanitárias. A autora ainda afirma que as ocupações Guarani eram de longa duração e em áreas agricultáveis. (DIAS, 2003).

O sistema de manejo ambiental e a prática da agricultura proporcionou a inclusão de mais espécies da flora e da fauna no seu aporte alimentar, bem como a dispersão de espécies arboríferas pelos diferentes territórios por onde passaram, ampliando a biodiversidade. Outra prática comum era a troca de mudas e sementes entre os *tekohá*. (NOELLI, 1993).

O estudo elaborado por Lino (2009) também apresenta a informação quanto a prática de controle sobre a população, quanto a natalidade, bem como tabus, guerra e feitiçaria serviam como controle populacional. Lino observa as características sociais e simbólicas do grupo, além do ambiente e do uso do espaço. (LINO, 2009).

A característica performativa dos Guarani permitiam que cada aldeia se adaptasse de acordo ao meio, obtendo assim abundância quanto a subsistência e equilibrando meio ambiente e o grupo humano. Em tempos de abundância alimentar era necessário estocar alimentos para épocas de escassez, para isso desenvolveram um sistema de armazenamento e desidratação para guardar alguns alimentos por bastante tempo. Em épocas de abundância alimentar isso permitia a estocagem e o armazenamento de quantias significativas de alimentos, como o pinhão, o aipim e algumas carnes e farinhas, para consumi-los em períodos de pouca oferta alimentar e transportar para viagens ou guerras. (NOELLI, 1993; LANDA, 1995; DIAS, 2003).

Para Noelli⁵ (1993; 1999-2000) os Guarani eram povos prescritivos, seu conjunto cultural era passado de geração em geração sem sofrer mudanças radicais, porém, estes costumavam absorver o estrangeiro, ou seja, ao longo do tempo, por onde as levas migratórias Guarani passaram, tiveram contato com outros grupos, aqui no sul, tiveram contato com grupos da cultura Jê. Tendo em vista que essas levas migratórias saíram do ambiente

⁵ Para mais detalhes sobre o modo de vida dos Guarani consultar a obra escrita por Francisco Silva Noelli de 1993.

amazônico, com um clima diferente do sul do Brasil, tais grupos adaptaram-se ao novo ambiente, incluindo na sua alimentação, novas espécies da fauna e da flora. (NOELLI, 1993; NOELLI, 1999 – 2000).

De acordo com Sahlins, um sistema prescritivo se refere a um conjunto de normas prescritas, pré-existentes para as relações sociais, prescrevem então, a maneira pela qual as pessoas devem agir e interagir. As estruturas performativas são aquelas provenientes da práxis, que por conta dela são alteradas ou reconstruídas. Em resumo: “As ordens performativas tendem a assimilar-se às circunstâncias contingentes, enquanto as prescritivas tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual.” (SAHLINS, 2003: p. 13).

Por esta razão as pesquisas arqueológicas voltadas a povoação Guarani, devem levar em conta aspectos relacionados a sua cultura material juntamente com o meio ambiente onde se localizam os sítios. Por isso, generalizações feitas em pesquisas no século passado, equivocaram-se e tomaram muitas informações de maneira controversa, contribuindo para o fortalecimento de certos preconceitos históricos com relação a população indígena.

O próximo capítulo irá conter informações gerais a respeito da região do Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul. Tais como informações sobre relevo, solo, clima, meio ambiente e vegetação. Após será feita a descrição de cada sítio arqueológico com as principais informações encontradas nas fichas de registro do acervo. Essas informações tornam possível o estabelecimento de um perfil, de um modelo de sistema de assentamento para a região.

3. PERFIL AMBIENTAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.

A região⁶ do Alto Uruguai se localiza em área de relevo chamada de Planalto das Araucárias, abrangendo regiões dos três estados do sul do Brasil com extensão de 201.092 Km². Está caracterizado, em boa parte de sua extensão, pela presença da Araucária Angustifolia (pinheiro-do-paraná) e pela Formação Serra Geral, que por sua vez, possui uma espessa camada de rochas vulcânicas básicas, e em menor escala, ácidas. (IBGE, 1990)

Ocorre um aprofundamento da drenagem dos rios, incluindo o rio Uruguai, contendo vales encaixados, com formação de patamares, vales em forma de “V” abertos ou bem estreitos, interflúvios estreitos, de topos planos ou levemente convexos, com amplos vales de fundo chato. A região é caracterizada pela existência de solo do tipo Cambissolos Eutróficos. São solos minerais, não hidromórficos de coloração bruno-avermelhada, sua textura é argilosa a média, este tipo de solo possui boa fertilidade química. A área originalmente é coberta pela Floresta Ombrófila Mista, ocorrendo uma mistura de floras de diferentes origens, em zona climática pluvial, uma de suas características também é a presença da Araucária Angustifolia, este tipo de floresta se estende por cerca de 175.000 km². (IBGE, 1990)

No que tange ao clima, a região de enfoque é uniforme em termos de pluviometria, caracterizado pelo mesotérmico do tipo temperado. A região de latitudes médias é atingida pelos principais centros de ação das massas climáticas. A média pluviométrica está entre 1.250 a 2.000 milímetros, sendo a região do Vale do Rio Uruguai com médias bem próximas dos 2.000 milímetros. Os índices que apontam as máximas pluviométricas ocorrem no período do inverno, já as mínimas, no verão. A temperatura média anual é de 18°C. Existe a ocorrência de forte calor no verão alcançando a temperatura de 40°C. O mês de Janeiro costuma ser o de maior calor com média de 24°C, chegando a temperatura absoluta as 38°C. O mês mais frio do ano costuma ser Julho, o pico do inverno, com média inferior a 15°C, a temperatura mínima absoluta é de 4°C negativos. Registra-se também as geadas do tipo negra e branca, com média de 5 ocorrências anuais. (IBGE, 1990)

Ao longo do texto estará sendo feito uso de alguns termos no que tange a geologia e a geomorfologia do ambiente de cada sítio arqueológico, a seguir é apresentada a definição

⁶ O mapa de localização geográfica está na página 9.

deles, tendo por base o “Novo Dicionário Geológico – Geomorfológico” de Guerra e Guerra de 2011:

- Encosta: são os declives nos flancos de um morro, colina ou serra, pode ser definida ainda como meia encosta e encosta inferior;
- Afloramento: são as exposições de rochas na superfície da Terra, podem ser naturais ou artificiais, e aparecerem cobertos por uma camada de matéria orgânica decomposta, no texto aparecerá o termo “afloramento de rocha”;
- Rede de drenagem ou rede hidrográfica: é a forma como se dispõe o traçado dos rios e dos vales, podendo ser de formas variadas;
- Interflúvios: são pequenas ondulações que separam os vales, cujas vertentes são, em geral, de forma convexa, formando pequenas colinas;
- Patamares: corresponde a uma superfície plana;
- Topo: é a parte mais elevada de um morro;
- Terraço: é uma superfície horizontal ou levemente inclinada, formada por depósito sedimentar, ou superfície topográfica modelada pela erosão fluvial, marinha ou lacustre e limitada por dois declives no mesmo sentido. Tendem a aparecer com mais frequência ao longo dos rios, borda de lagos e ao longo do litoral;
- Campo de Visão: extensão do alcance de visibilidade a “olho nu” a partir do local do assentamento nas diferentes regiões;
- Ordem dos rios: ordem de tamanho dos diferentes cursos d’água, esta classificação foi elaborada por Goulart (1997) e se apresenta da seguinte forma:
 - 1º ordem: são rios retilíneos, de baixo volume com vegetação secundária associada, desembocam no rio Uruguai, possuem declividade associada e presença de exposições rochosas;
 - 2º ordem: possuem extensão de 3,5 a 5 km, com declividade média a forte e vegetação secundária associada, bem como exposições rochosas;
 - 3º ordem: declividade média com drenagem se estendendo por até 4 km, contem vegetação secundária associada;
 - 4º ordem: são rios com maior volume d’água e pouca vegetação associada, de grandes extensões e baixa declividade;

- 5º ordem: corresponde ao rio Uruguai, com maior volume d'água, curvilíneo e bem encaixado, apresenta várias praias de cascalheira e declividade baixa.

Os dezoito sítios arqueológicos descritos abaixo fazem parte do Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai – UHE Itá, realizado entre os anos de 1.980 a 1.997 e coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart. Estes sítios arqueológicos estão localizados no município de Marcelino Ramos – Rio Grande do Sul, compreendendo a área atingida pelas usinas hidrelétricas de Itá e de Machadinho.

Este Projeto de Salvamento é resultado do processo de construção de uma série de usinas hidrelétricas ao longo do leito do rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul empreendido pela ELETROSUL no final do século passado. Dentre as usinas que constam neste projeto estão a de Itapiranga, Machadinho, Itá e Barra Grande.

O rio Uruguai é formado pela junção dos rios Pelotas e Canoas, correndo em direção oeste até o encontro com o rio Peperi-Guaçu na fronteira com a Argentina, neste ponto altera sua direção no sentido sudoeste até a foz do rio Quaraí na divisa com o Uruguai. A Bacia do Rio Uruguai abrange uma área de aproximadamente 75.000 m², sendo que desta, 46.300 m² estão dentro do estado de Santa Catarina e 29.000 m² no estado do Rio Grande do Sul. Este rio por sua vez, integra a Bacia do Rio da Prata, fazendo parte das rotas de migração utilizadas pelos povos pré-históricos na América do Sul para a sua dispersão no interior do continente (GOULART: 1997).

Abaixo segue a descrição de cada sítio arqueológico de acordo com os dados informados nos relatórios do Acervo Marilandi Goulart. A listagem dos sítios arqueológicos está de acordo com a sua numeração nas fichas de cadastro, o nome do sítio se refere ao proprietário da área. Contêm informações referentes ao relevo, recursos hídricos, local para obtenção de matéria-prima lítica, vegetação e fator de destruição.

3.1. CARACTERIZAÇÕES DOS SÍTIOS

Sítio Arqueológico Número 65

Nome do sítio arqueológico: Maria Martinasso Rosa

Está localizado no segundo terraço em local plano, paralelo a margem esquerda do rio

Uruguai a 100m. O relevo é formado de topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroados de pequenos patamares, interflúvios amplos e alongados, vales em forma de “V” aberto, com declividade das vertentes de 20° a 25°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 602, próximo ao rio Uruguai a 200m do sítio arqueológico, além do PEx 603 a 650m, PEx 604 a 300m e o PEx 605 a 740m. A área total deste sítio arqueológico é de 300m². Os fatores de destruição foram: construção de residência, linha férrea e postes elétricos. Quanto à rede de drenagem, o rio Uruguai está a 100m de distância do sítio arqueológico, o rio Teixeira Soares a 1.500m, Lajeado Esperança a 600m, possuindo outros cursos d’água de 1° e 2° ordem e baixo volume a uma distância de 25, 250, 500, 1.000, 1.300 e 1.350m. A vegetação é formada por arbustivas, árvores de médio porte próximo à mata ciliar e a gramíneas, a vegetação nativa arbórea é formada de árvores de madeira de lei: angico, canafístula, gabriúva, grápia, soita e tarumã, as frutíferas: guabirobeira, jabuticabeira, laranjeira, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão pode alcançar de 200, 700 até 1.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 184

Nome do sítio arqueológico: Dario Momo

Está localizado no segundo terraço em local plano e paralelo à margem esquerda do rio Uruguai a uma distância de 80m. O relevo é formado por topos convexos tabulares e estreitos, coroados de patamares relativamente largos, interflúvios amplos e alongados, vales em forma de “V” aberto, declividade das vertentes de 20° à 30°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 597 a 200m do sítio arqueológico, além do PEx 598 a 550m, PEx 599 a 350m, PEx 600 a 800m e o PEx 601 a 600m. A área total do sítio é de 10.000m². Os fatores de destruição foram: o uso do arado e do trator. Quanto à rede de drenagem o rio Uruguai está a uma distância de 80m, o rio Teixeira Soares a 100m, o Lajeado Antônio a 200m e o Lajeado Pitanga, de baixo volume a 1.100m do sítio arqueológico, além de mais duas nascentes a uma distância de 400 e 520m. A vegetação no local do sítio está destruída, a vegetação nativa arbórea composta de árvores de madeira de lei são: angico, canafístula, canjerana, grápia, sassafrás, soita e tarumã, as frutíferas: guabirobeira, laranjeira, jabuticabeira, laranjeira limeira e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência vestígio de material lítico. O campo de visão pode alcançar de 500, 1.300 até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 185 Áreas I, II e III.

Nome do sítio arqueológico: Cláudio e Eduardo

Está localizado no segundo terraço em local plano, na margem esquerda do rio Uruguai e possui três ocorrências. O relevo é formado por topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroado de patamares relativamente largos, interflúvios amplos e alongados, vales em forma de “V” aberto e declividade das vertentes entre 20° e 30°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 583 a 850, 900 e 950m de distância das áreas I, II e III respectivamente, ainda possui o PEx 582 o PEx 584 a uma distância maior que 2.000 metros de cada ocorrência do sítio arqueológico. A área total deste sítio é de 1.200 m². Os fatores de destruição se resumem ao arado, a existência de potreiro e as ocorrências das cheias do rio Uruguai. As redes de drenagem correspondem ao rio Uruguai a 60m, rio Suzana a 2.700, 2.900 e 3.000m de distância das áreas I, II e III respectivamente, além de algumas vertentes próximas. A vegetação nativa arbórea é formada de árvores de madeira de lei: angico, canafístula, canjerana, grápia, guajuvira, sassafrás, soita e tarumã, as frutíferas: guabirobeira, jabuticabeira, laranjeira, limoeiro e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência vestígio de material lítico. O campo de visão alcança de 400, 500 até 2.000m de distância.



Fotografia 1- Vista geral do sítio arqueológico 185-I, localizado na feição geomorfológica de 2º terraço.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 216.

Sítio Arqueológico Número 186

Nome do sítio arqueológico: Adolfinia Strasburger

Está localizado em meia encosta, relativamente plano no local do assentamento e inclinado em direção ao rio Uruguai, distante deste 140m. O relevo é formado de topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroado de patamares relativamente largos, interflúvios amplos e alongados e vales em forma de “V” aberto, a declividade com relação às vertentes é de 15° a 30°. O afloramento de rocha mais próximo do sítio é o PEx 619 a 150m do sítio arqueológico, além do PEx 567 a 950m, PEx 577 a 250m, o PEx 620 a 250ms. A área total do sítio é de 30.000m². O fator que causou a destruição do sítio arqueológico foi o uso do arado. A rede de drenagem é composta pelo rio Uruguai a uma distância de 140m, rio Suzana a 2.100m e alguns cursos d’água de baixo volume a 150, 160, 900, 940 e 1.200m. A vegetação foi removida, as espécies arbóreas são de madeira de lei: angico, canafístula, gabriúva, grápia, guajuvira e sassafrás, as frutíferas: goiabeira, jabuticabeira, laranjeira e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 500, 700, 800, 1.000, 1.500 até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 217

Nome do sítio arqueológico: Germano Regner

Está localizado no segundo terraço na margem esquerda do rio Uruguai a 120 metros. Seu relevo é formado por topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroado de patamares relativamente largos, interflúvios amplos e alongados e vales em forma de “V” aberto, a declividade com relação às vertentes está entre 20° e 30°. O afloramento de rocha mais próximo ao sítio é o PEx 589 a uma distância de 100m do sítio arqueológico, além do PEx 591 a 900m e o PEx 592 a 800m. A área total do sítio arqueológico é de 12.000m². Foi destruído pelo uso do arado. A rede de drenagem é formada pelos seguintes cursos d’água: rio Uruguai a 120m e os de baixo volume a uma distância com relação ao sítio arqueológico de 80 e 500m. A vegetação original foi removida para atividade agrícola, as plantas nativas arbóreas de madeira de lei são: angico, canafístula, canela, grápia, guajuvira, pinheiro e soita, as frutíferas: jabuticabeira, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 200, 1.000, 1.500, 2.000 até 3.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 219

Nome do sítio arqueológico: Inácio Carminatti

Está localizado no segundo terraço a uma distância de 100m do rio Uruguai. O relevo é formado de topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroados de patamares relativamente largos, vales em forma de “V” aberto, a declividade com relação às vertentes fica entre 20° e 30°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 597 a uma distância de 200m do sítio arqueológico, a uma distância maior possui mais quatro afloramentos de rocha, o PEx 598 a 720m, o PEx 599 a 550m, o PEx 600 a 1.000m e o PEx 601 a 850m. A área total do sítio é de 4.000m². O sítio arqueológico foi destruído pelo uso do arado e do trator. Foi constatada a existência de uma mancha preta no local, os relatórios apontam para a necessidade de retorno para reavaliação, porém, quando isto foi feito, o sítio arqueológico havia sido totalmente destruído. Quanto à rede de drenagem, o rio Uruguai está a 100m do local de assentamento, o rio Teixeira Soares está a 2m, outros cursos d’água de baixo volume estão a 500, 600, 1.100m. A vegetação foi removida do solo para atividade agrícola, as espécies arbóreas de madeira de lei são: angico, canafístula, canela, grábia, guajuvira, pinheiro e soita; as frutíferas: jabuticabeira, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 500, 1.000, até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 236

Nome do sítio arqueológico: Almiro Franzel

Está localizado no segundo terraço, paralelo a margem esquerda do rio Uruguai. O relevo é formado por topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, com patamares relativamente largos e vales em forma de “V” aberto, a declividade das vertentes fica entre 15° e 30°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 593 a 100m do local de assentamento, além do PEx 594 a 620m e o PEx 595 a 650m. A área total do sítio arqueológico é de 2.500m². Os fatores de destruição foram o uso do arado e do trator. Quanto à rede de drenagem, o rio Uruguai está a 140m, o rio Suzana a 2.700m, outros cursos d’água de baixo volume a uma distância de 30, 80, 250, 750 e 900m do local do assentamento. A vegetação foi removida do local para atividade agrícola, as espécies arbóreas de madeira de lei relacionadas são: canafístula, canela, gabriúva, grábia, pinheiro e sassafrás, além das frutíferas: ameixeira, guabirobeira, jabuticabeira, limoeiro, pitangueira e uva japonesa. Neste

sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 500, 1.000, 1.800 até 3.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 237 Áreas I, II e III.

Nome do sítio arqueológico: Escola do Estreito

O sítio arqueológico com número de cadastro 237 possuiu três ocorrências, a ocorrência I localiza-se no segundo terraço, paralela a margem esquerda do rio Uruguai; a ocorrência II, na encosta inferior a 200 metros do rio Uruguai; a ocorrência III também se localiza na encosta inferior. O relevo se caracteriza por formas de topos convexos, secundariamente tabulares, coroado de patamares e vales em forma de “V” aberto, a declividade das vertentes fica entre 20° e 30°. Este sítio possui a ocorrência de vestígios líticos, além de cerâmicos com 292 peças inventariadas para este item. Quanto aos afloramentos de rocha próximos a este sítio arqueológico, está registrado o PEx 578 a 150, 200 e 150m, o PEx 579 a 150, 300 e 450m, o PEx 580 a 400, 550 e 700m e o PEx 583 a 750, 600 e 650m de distância das ocorrências I, II e III respectivamente. A área total de abrangência deste local de assentamento é de 1.500m². Ambas as ocorrências encontram-se destruídas, e os fatores de destruição foram o uso do arado e do trator. Sobre a rede de drenagem, o rio Uruguai está a 100, 200 e 80m de distância de cada ocorrência deste sítio arqueológico, existem outros cursos d’água de baixo volume a uma distância de 40,60 e 90m; 450, 620 e 500m; 800,900 e 750m de distâncias das ocorrências I, II e III respectivamente. A vegetação deste local foi removida para atividade agrícola, as espécies arbóreas de madeira de lei citadas no relatório são: angico, canafístula, canjerana, grápia, guajuvira, sassafrás, tarumã e timbaúva, já as frutíferas são: araçazeiro-do-mato, araticunzeiro, goiabeira, guabiobeira, jabuticabeira, pitangueira e sete capote. O campo de visão alcança de 400, 500, 1.000, 1.500, 2.000, 3.000m de distância.



Fotografia 2- Vista geral do sítio arqueológico 237-I, localizado na feição geomorfológica de 2º terraço.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 233.



Fotografia 3- Imagem de um fragmento de cerâmica encontrado no sítio arqueológico 237-I.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 234.

Sítio Arqueológico Número 241 Áreas I, II e III

Nome do sítio arqueológico: Luis Albino Calegari

Ambas as ocorrências localizam-se em encosta inferior. O relevo é caracterizado de topos convexos, secundariamente plano, pequenos patamares, vales com entalhamento

acentuados e declividade das nascentes de 20° a 25°. Os afloramento de rocha são: PEx 557 a 450, 700 e 200m; o PEx 558 a 250, 300 e 300m; o PEX 559 a 450, 750 e 300m; o PEx 560 a 450, 800 e 250m; PEx 561 a 350, 600 e 500m, o PEx 562 a 600, 420 e 900m e o PEx 563 a 700, 400 e 900m de distância das ocorrências I, II e III respectivamente. A área total do sítio é de 900m². Ambos os registros foram destruídos pelo uso do arado e pelo corte da estrada, sua vegetação foi removida sendo que as espécies de árvores de madeira de lei são: angico, cambará, canafístula, gabriúva, grápia, sassafrás e soita, as espécies frutíferas são: goiabeira, guabirobeira, jabuticabeira, laranjeira e limoeiro. A redede drenagem possui os seguintes cursos d'água: rio Uruguai a 300, 220 e 200m; rio Suzana a 400, 500 e 120m, cursos d'água de baixo volume a 1.000, 850 e 1.300m; 650, 440 e 900m de distância das ocorrências I, II e III respectivamente. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 500, 700, 1.000, 1.200 até 2.000m de distância.



Fotografia 4- Vista geral do sítio arqueológico de número 241-I, localizado na feição geomorfológica de encosta inferior.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 240.

Sítio Arqueológico Número 244

Nome do sítio arqueológico: Hugo Miltz

Este sítio arqueológico está localizado no segundo terraço, paralelo a margem esquerda do rio Uruguai. Seu relevo é caracterizado por formas de topos convexos, secundariamente planos, por pequenos patamares e vales com entalhamento acentuado, a

declividade das vertentes é de 20° a 25°. Os afloramentos de rochas mais próximos são o PEx 547 a 140m; PEx 548 a 650m; PEx 549 a 300m, PEx 550 a 300m e o PEx 551 a 900m de distância deste sítio arqueológico. A área total é de 5.000m². A sua rede de drenagem corresponde ao rio Uruguai a 150m, rio Suzana a 1.100m e outros cursos d'água de baixo volume a 15, 600, 1.050, 1.100, 1.500 e 1.600m de distância. Este assentamento foi destruído pelo uso da área como potreiro e pelo corte de uma estrada. A vegetação é composta por arbustivas e gramíneas, as espécies que fazem parte da vegetação nativa composta de árvores de madeira de lei são: angico, cambará, canafístula, canela, cedro, grápia, guajuvira e pinheiro, além das frutíferas: goiabeira, laranjeira, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 500, 1.000, 1.200 até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 245

Nome do sítio arqueológico: Adolfo Germano Dick

Está localizado no segundo terraço, na margem esquerda do rio Uruguai. Seu relevo é caracterizado por formas de topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares, vales com entalhamento acentuado e declividade das vertentes de 20° a 25°. Os afloramentos de rochas mais próximos do local de assentamento são o PEx 522 a 500m, PEx 523 a 100m, PEx 524 a 150m e o PEx 525 a 420m de distância. Sua área total é de 50m². Foi destruído por ser usado como potreiro. A sua rede de drenagem corresponde aos seguintes rios: rio Uruguai a 40m; Lajeado dos Veados a 500m e outros cursos d'água de baixo volume a 260, 380, 400, 500, 800 e 1.000m de distância. A vegetação é formada por arbóreas e arvoretas, as espécies nativas de madeira de lei são: angico, canafístula, cedro, grápia, guajuvira, pinheiro e sassafrás, as frutíferas são: ameixeira, guabirobeira, jabuticabeira, limoeiro e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 300, 600, 1.000 até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 246 Áreas I e II

Nome do sítio arqueológico: Vivaldino Regolin

A ocorrência I está localizada em área de encosta inferior, já a II de meia encosta,

ambas planas no local do assentamento e a 150m do rio Uruguai. Quanto ao seu relevo, caracteriza-se por formas de topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares, vales com entalhamento acentuado e declividade das vertentes de 20° a 25°. O afloramento de rocha mais próximo é o PEx 521 a 100 e 200m, além do PEx 507 a 250 e 380m, PEx 508 a 500 e 520m e o PEx 521a a 250 e 200m de distância das ocorrências I e II respectivamente. Sua área total não é informada. Este sítio arqueológico foi destruído pelo uso do arado e por ser usado como potreiro. Sua vegetação é composta por coqueiros, gramíneas e arbustivas, já a vegetação nativa seria composta por árvores de madeira de lei: canafístula, canela, grápia, pinheiro, sassafrás e soita, as frutíferas: ameixeira, guabirobeira, jabuticabeira, limeira, mamoeiro, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão alcança de 300, 600, 700 até 2.000m de distância.

Sítio Arqueológico Número 247 Áreas I e II

Nome do sítio arqueológico: Rodolfo Painof

Ambas as ocorrências localizam-se em área de meia encosta, planas nos locais de assentamento e cortadas por uma estrada vicinal a 100m do rio Uruguai. O relevo se apresenta em forma de topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares bem delineados, vales com entalhamento acentuado e declividade com relação às vertentes de 20° a 25°. Os afloramentos de rochas que se apresentam próximos ao local é o PEx 501 a 250 e 300m, PEx 502 a 300 e 600m, PEx 503 a 650 e 600m, PEx 504 a 200 e 500m, PEx 505 a 750 e 1.100m e o PEx 508 a 500 e 300m das áreas I e II respectivamente. Sua área total não foi informada. Um corte de estrada e o uso do trator destruíram o sítio arqueológico. A rede de drenagem é composta pelo rio Uruguai a 100m, cursos d'água e baixo volume a 280, 440 e 110, 40, 650, 500, 750 e 600, 850 e 950, 300 e 500m de distância do sítio arqueológico. Sua vegetação foi removida, a vegetação nativa é composta por árvores de madeira de lei: angico, canafístula, canela, grápia, guajuvira e soita, as frutíferas: ameixeira, coqueiro, guabirobeira, jabuticabeira, limeira e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão está entre 300, 1.000 e 3.000 metros de alcance.



Fotografia 5- Vista geral dos sítios arqueológicos 247-I e 247-II, localizado na feição geomorfológica de meia encosta.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 253.

Sítio Arqueológico Número 278

Nome do sítio arqueológico: Alexandre Kufner

Localiza-se no segundo terraço, plano no local do assentamento e paralelo à margem esquerda do rio Uruguai distante 40m. Quanto ao relevo é formado por topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares bem delineados e descontínuos, a declividade com relação às vertentes é de 20° a 25°. Os afloramentos de rochas localizados mais próximos ao sítio arqueológico são: PEx 450 a 200m, PEx 451 a 800m, PEx 452 a 950m, PEx 453 a 1.120m, PEx 454 a 300m e o PEx 455 a 650m. Sua área total é de 300m². Este sítio arqueológico foi destruído pelo uso do arado. A rede de drenagem corresponde ao rio Uruguai a 40m, rio Coronel Teixeira a 1.500m, demais cursos d'água de baixo volume a 1.800, 2.700, 1.000, 4.000, 5.000m e o rio Rancho Grande a 900m. Sua vegetação é formada de arbustivas e ervas daninhas, a vegetação nativa de madeira de lei é composta por angico, canafístula, grápia, guajuvira, sassafrás e soita, as frutíferas de ameixeira, guabirobeira, jabuticabeira, laranjeira e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão está entre 1.000, 4.000 e 5.000 metros de alcance.

Sítio Arqueológico Número 282 Área I

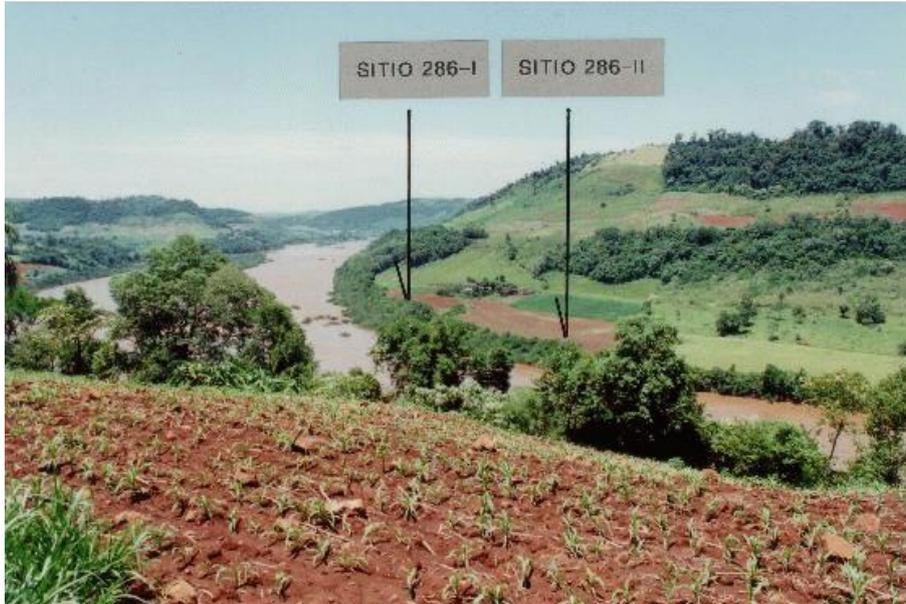
Nome do sítio arqueológico: Antônio Mazzuti

Localiza-se em área de segundo terraço, relativamente plano no local do assentamento e paralelo a margem esquerda do rio Uruguai. Seu relevo é formado de topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares bem delineados e descontínuos, vales com entalhamento acentuados e declividade com relação às vertentes de 20° a 25°. Os registros de afloramentos de rochas mais próximos são PEx 466 a 400m, PEx 467 a 600m, PEx 468 a 750m, PEx 469 a 550m e o PEx 470 a 1.000m de distância com relação ao local do assentamento. A sua área total do sítio arqueológico não foi informada. O uso do arado destruiu o local. Sua rede de drenagem é composta pelo rio Uruguai a 80m, rio Coronel Teixeira a 200m, já os cursos d'água de baixo volume estão a 400, 500, 700 e 800m, possui ainda algumas nascentes a 350, 500 e 600m. Sua vegetação foi removida para atividade agrícola, as plantas nativas arbóreas de madeira de lei são: angico, canafístula, canjerana, cedro, grápia, guajuvira, louro, sassafrás, soita, tarumã, timbaúva e umbu, as frutíferas: araticunzeiro, goiabeira, jabuticabeira e laranjeira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão está entre 500, 800 e 1.800 metros de alcance.

Sítio Arqueológico Número 286 Áreas I e II

Nome do sítio arqueológico: Levino Patzlaff

Estas ocorrências estão localizadas em área de segundo terraço, relativamente plano no local do assentamento e paralelo a margem esquerda do rio Uruguai a 30m. Seu relevo é formado por topos convexos, secundariamente tabulares e estreitos, coroados de patamares relativamente largos, interflúvios amplos e alongados, vales em forma de “V” aberto e declividade com relação às vertentes de 20° a 30°. Sua área total é de 112m². Foi destruído pelo uso do arado. Sua rede de drenagem é formada pelo rio Uruguai a 30m e demais cursos d'água de baixo volume a 350, 950 e 600m. Quanto à vegetação, foi removida, as espécies arbóreas de madeira de lei são: angico, canafístula, canela, grápia e pinheiro, as frutíferas: ameixeira, coqueiro, guabirobeira, jabuticabeira, laranjeira, pitangueira e uva japonesa. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão está entre 300, 500, 800, 1.000 e 2.000 metros de alcance.



Fotografia 6-Vista geral dos sítios arqueológicos de número 286-I e 286-II, localizados na feição geomorfológica de 2º terraço.

Fonte: Acervo Marilandi Goulart, página 295.

Sítio Arqueológico Número 291

Nome do sítio arqueológico: Igreja de São Sebastião

Está localizado em área de segundo terraço, relativamente plano no local do assentamento e paralelo a margem esquerda do rio Uruguai a 100m. Seu relevo é formado de topos convexos e aplanados, com pequenos patamares bem delineados, vales com entalhamento acentuado e declividade de 20° a 25°. Os afloramentos de rochas mais próximos ao sítio arqueológico são: PEx 487 a 1.000m e o PEx, 489 a 520m. Sua área total é de 400m². Este sítio arqueológico foi destruído para a construção de cemitério, igreja, salão paroquial e campo de futebol. A rede de drenagem é formada pelo rio Uruguai a 100m, Lajeado São Vicente a 890m e mais cursos d'água de baixo volume a 80, 280, 300 e 560m. Sua vegetação foi substituída por grama, a vegetação original composta de árvores de madeira de lei: angico, canela, pinheiro e soita, as frutíferas: ameixeira, laranjeira e limoeiro. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material cerâmico, contendo registro de três peças. O campo de visão pode alcançar até 10.000 metros, nas outras direções fica entre 500 e 2.000 metros de alcance.

Sítio Arqueológico Número 292

Nome do sítio arqueológico: Valdomiro Sautier

Está localizado em área de segundo terraço, relativamente plano, paralelo a margem esquerda do rio Uruguai a 100m. O relevo é caracterizado por formas de topos convexos, secundariamente planos, com pequenos patamares, vales com entalhamento acentuado e declividade com relação às vertentes de 20° a 25°. Os afloramentos de rocha mais próximos ao sítio arqueológico são: PEx 445 a 300m, PEx 457 a 100m, PEx 458 a 200m e o PEx 459 a 250m. A área total é de 4.000m². O fator de destruição foi o uso do arado. Quanto à rede de drenagem fazem parte o rio Uruguai a 100m, Lajeado Mirim a 120m, os cursos d'água de baixo volume a 350, 450, 500, 600, 700, 820 e 1.100m, além do Lajeado Tamanduá a 750m do local de assentamento. A sua vegetação foi removida, a espécies nativas arbóreas de madeira de lei são: angico, canafístula, canela, gabriúva, grápia e sassafrás, as frutíferas: ameixeira, guabirobeira, jabuticabeira, limoeiro e pitangueira. Neste sítio existe apenas a ocorrência de vestígio material lítico. O campo de visão está entre 500, 1.000, 2.000 e 3.000 metros de alcance.

O mapa abaixo apresenta a localização dos dezoito sítios arqueológicos do município de Marcelino Ramos. O próximo capítulo irá apresentar as considerações a respeito desses sítios e do sistema de assentamento que pode ser verificado para tal conjunto.

4 SISTEMA DE ASSENTAMENTO PARA A OCUPAÇÃO GUARANI NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.

Após o levantamento de dados do Acervo Marilandi Goulart, elaborou-se algumas tabelas com os resultados gerais, apresentando os diversos aspectos em comum ou diferente, referente ao conjunto de sítios arqueológicos estudados. São dezoito sítios arqueológicos, porém alguns sítios possuem mais de uma ocorrência, neste caso o total sobe para vinte e sete ocorrências. A análise dos dados levantados nos relatórios pretende estabelecer um perfil ambiental dos sítios arqueológicos para o Vale do Rio Uruguai, no município de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul.

Os aspectos relacionados abaixo compreendem informações sobre a localização de cada sítio arqueológico no que se refere à distância destes para locais de obtenção de recursos, por exemplo, a distância até um curso d'água mais próximo, local de afloramento de rochas, localização em termos da feição geomorfológica, etc.

Tabela 1 – Localização dos sítios arqueológicos quanto as feições geomorfológicas.

	Sítios arqueológicos
2º terraço	065, 184, 185-I, 217, 219, 236-I, 237-I, 244, 245, 278, 282-I, 291, 292, 286-I, 286-II.
Meia encosta	185-II, 185-III, 186, 246-II, 247-I, 247-II.
Encosta inferior	241.

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

A tabela acima apresenta o levantamento dos sítios arqueológicos quanto a sua localização em termos das feições geomorfológicas, são definidas da seguinte forma: 1º terraço, 2º terraço, encosta inferior, meia encosta, encosta superior, platô e cume, conforme descrição feita no capítulo anterior. Analisando a tabela acima observa-se que quinze ocorrências se localizam em área de 2º terraço, seis ocorrências em meia encosta e apenas uma na encosta inferior, as demais feições geomorfológicas não apresentam registro.

Tabela 2– Localização dos sítios arqueológicos quanto as altitudes.

Altitude (m)	Sítios arqueológicos
320 – 340	245, 278, 282-I, 291, 292.
340 – 360	184, 219, 241-III, 244.
360 – 380	065, 185-I, 185-II, 185-III, 217, 236-I, 237-I, 246-I, 247-I, 247-II, 286-I.
380 – 400	186, 237-II, 237-III, 241-I, 241-II, 246-II, 286-II.

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

Quanto a localização em altitude dos sítios arqueológicos, a tabela acima mostra que onze ocorrências localizam-se entre 360 e 380 metros, sendo esta a maior concentração, já na altitude maior, entre 380 e 400 metros, possui sete ocorrências, na altitude de 340 e 360 metros existem quatro e na menor altitude de 320 e 340 metros, possui cinco registros.

Tabela 3– Drenagem mais próxima quanto a categoria.

Categoria	Sítios arqueológicos
1º ordem	065, 185-III, 217, 236-I, 237-I, 237-II, 241-I, 241-II, 247-II, 291.
2º ordem	244, 246-I.
4º ordem	241-III.
5º ordem	184, 185-I, 185-II, 186, 219, 237-III, 245, 246-I, 247-I, 278, 282-I, 292, 286-I, 286-II.

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

No que se refere a distância quanto a localização do sítio arqueológico para a drenagem mais próxima, a tabela acima evidencia uma maior concentração de ocorrências próximas ao rio Uruguai que, como descrito no capítulo anterior, pertence a categoria chamada de 5º ordem. Portanto, dez ocorrências estão mais próximas de rios de 1º ordem, duas em rios de 2º ordem, uma ocorrência em rios de 4º ordem, e a maior parte, quatorze ocorrências em rio de 5º ordem. A 3º ordem não apresenta registros.

Tabela 4– Distância dos sítios as drenagens mais próximas.

Distância (m)	Sítios arqueológicos
10 – 90	065, 184, 185-I, 185-II, 185-III, 217, 236-I, 237-I, 237-II, 237-III, 244, 245, 246-I, 246-II, 247-II, 278, 282-I, 291, 286-I, 286-II
100 – 190	186, 219, 241-I, 241-II, 241-III, 247-I, 292.

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

Complementando a Tabela 3, segue a Tabela 4 apresentando um levantamento quanto a distância das ocorrências de sítios arqueológicos em metros para com as drenagens mais próximas. Sendo assim existe uma maior concentração nas distâncias de 10 a 90 metros, neste caso são vinte ocorrências. Já entre 100 a 190 metros existem sete ocorrências.

Tabela 5 – Tipo de material encontrado.

Tipo de material	Sítios arqueológicos
Lítico	065, 184, 185, 217, 236, 244, 245, 246, 247, 278, 282, 286, 286, 186, 219, 241, 247, 292.
Cerâmico	291.
Lítico e cerâmico	237.

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

A tabela acima, contabiliza apenas os dezoito sítios arqueológicos, mostra assim o tipo

de material encontrado nos sítios arqueológicos, existe um sítio contendo apenas material cerâmico e um sítio contendo material lítico e cerâmico, os demais dezesseis sítios arqueológicos contêm apenas material lítico.

Tabela 6– Distância com relação ao afloramento de rocha mais próximo.

Distância (m)	Quantia de sítios arqueológicos
0 – 200	10
200 – 400	12
400 – 600	1
600 – 800	1
800 – 1000	3

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

A tabela acima mostra a distância das ocorrências de sítios arqueológicos com relação ao afloramento de rocha mais próximo, para a obtenção de matéria prima para confecção de utensílios líticos. Dez ocorrências estão próximas a até 200 metros, doze ocorrências estão próximas a até 400 metros, uma ocorrência está próxima a até 600 metros, uma a até 800 metros e três ocorrências a até 1000 metros de distância do afloramento de rocha.

Tabela 7– Fatores de destruição da área dos sítios arqueológicos.

Fatores	Quantia de sítios arqueológicos
Construções de obras em geral	2
Uso do arado e do trator	14
Potreiro	3
Cheias do rio	1
Corte de estrada	3

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

A Tabela 7 nos apresenta a tafonomia, ou seja, os diferentes fatores de destruição dos dezoito sítios arqueológicos. O primeiro item, construções em geral compreendem destruição por construções em geral, são elas: construção de residência, linha férrea, postes, cemitério, igreja, salão e campo de futebol, dois sítios arqueológicos foram destruídos por estes fatores. O segundo item, uso do arado e do trator, foi causa de destruição de quatorze sítios arqueológicos. Já o uso do espaço como potreiro destruiu três sítios arqueológicos. As cheias do rio Uruguai destruíram apenas um sítio arqueológico. O fator corte de estrada destruiu três sítios arqueológicos. Alguns sítios foram destruídos por mais de um fator.

Tabela 8- Área dos sítios arqueológicos

Área (m ²)	Quantia de sítios arqueológicos
0 – 100	1
100 – 200	1
200 – 300	2
300 – 400	1
900 – 1000	1
1000 – 2000	2
2000 – 3000	1
4000 – 5000	3
10000 – 20000	2
20000 – 30000	1
Área não informada	3

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

Quanto a área de cada sítio arqueológico ela é muito diversa, tendo um sítio de 50 m² e outro de 30.000 m². Foi registrado um sítio arqueológico até 100 m², um sítio até 200 m², dois sítios até 300 m², um sítio até 400 m², um sítio entre 900 e 1000 m², dois sítios entre 1000 e 2000 m², um sítio entre 2000 e 3000 m², três sítios entre 4000 e 5000 m², dois sítios entre 10000 e 20000 m² e um sítio arqueológico com área entre 20000 e 30000 m². Três sítios não tem sua área informada nos registros do Acervo.

Tabela 9- Área de alcance do campo de visão.

Área (m)	Quantia de sítios arqueológicos	
	Área mínima (m)	Área máxima (m)
0 – 500	17	
500 – 1000	1	1
1000 – 2000		10
2000 – 3000		5
4000 – 5000		1
9000 – 10000		1

Elaborado por Graziela Vitória Donin.

A Tabela 9 apresenta a área de alcance referente ao campo de visão apartir dos sítios arqueológicos. A área mínima de alcance nas diferentes regiões é, em geral, menor de 500 metros, tendo apenas um sítio apresentado área mínima de até 1000 metros. Já a área máxima de alcance do campo de visão, os registros apontam para um sítio alcançando até 1000 metros, Dez sítios arqueológicos possuem área de alcance de até 2000 metros. Cinco sítios alcançam 3000 metros. Um sítio até cinco mil e um último sítio pode alcançar até 10000 metros.

4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO RAMOS – RIO GRANDE DO SUL.

Os sítios arqueológicos do Projeto de Salvamento Arqueológico Alto Uruguai são importantes no que se refere a história das populações indígenas da região. As informações contidas neste acervo viabilizam novas pesquisas arqueológicas, que abordam a pré-história da região. Tal importância se daria em função de haverem algumas reservas indígenas e conflitos por disputas de terra no Alto Uruguai gaúcho.

A seguir apresenta-se algumas considerações acerca das preferências quanto a localização e o estabelecimento dos sítios arqueológicos, inferindo razões que possam justificar determinadas escolhas. Ou seja, a análise ambiental no âmbito local do conjunto de sítios arqueológicos estudados.

Observa-se a escolha para o assentamento dos sítios arqueológicos em área de 2º terraço preferencialmente, subsequente em área de meia encosta. Tendo em vista que os sítios arqueológicos localizavam-se próximos ao rio Uruguai e a demais cursos d'água de médio e pequeno porte, essa localização evitava que o assentamento fosse atingido pelas águas das cheias, ou seja, evitava inundações.

Outro fator que pode ter contribuído para essa escolha é o fato de ter ampliado o seu campo de visão. Ou seja, escolhendo locais alto, mas não tão altos para evitar ventos fortes, o seu campo de visão se estenderia por mais metros, tendo boa visibilidade servindo de proteção contra inimigos. Neste caso a maior parte dos sítios arqueológicos está dentro de um campo de visão que pode atingir entre 1000 e 3000 metros de alcance.

Observando a localização dos sítios com relação a sua altitude a maior concentração está em altitudes medianas para a região em enfoque, entre 360 e 380 metros, a segunda maior concentração é entre as altitudes de 380 e 400 metros. Neste caso existe uma maior preferência no estabelecimento dos assentamento entre altitudes médias para altas.

A maior parte dos sítios está localizada as margens do rio Uruguai, quatorze ocorrências, a segunda maior concentração é próxima a rios de 1º ordem, ou rios de pouco volume. Em geral os sítios arqueológicos estavam sempre localizados próximos a uma importante fonte d'água, tendo em vista que os Guarani eram exímios canoieiros, a presença

do rio Uruguai indica para a utilização dele como via de navegação e também de obtenção de peixes para complemento de subsistência. Observa-se ainda que, a maioria dos sítios arqueológicos está distante até 90 metros de um curso d'água. Já os cursos d'água de primeira ordem e baixo volume serviam, como demonstra Noelli (1993) para construção de armadilhas para captura de peixes, ou para a pesca com outros tipos de instrumentos, como o arco e a flecha. (NOELLI, 1993)

Ao longo das margens do rio Uruguai ainda, existem uma série de cascalheiras, onde era possível obter matéria prima para a confecção da cerâmica e de materiais líticos. A maior parte dos sítios, ou seja doze ocorrências está distantes até 600 metros de afloramentos rochosos, outras dez ocorrências está distante em até 200 metros dos sítios arqueológicos. Ou seja, se for estabelecido um raio de ação de até 50 km, como elaborado por Noelli (1993) como área de obtenção de recursos, boa parte dos assentamentos está muito próximas de locais que fornecem matéria prima para a cerâmica e outros instrumentos líticos.

Outro fator observável é o tipo de material que foi encontrado nos dezoito sítios arqueológicos, um deles apresentou apenas material cerâmico, outro sítio conteve ambos os materiais, lítico e cerâmico, os demais dezesseis sítios registrou-se a coleta de material lítico.

A extensão dos sítios arqueológicos é muito diversa, o sítio arqueológico de menor área é o de número 245 com área de 50 m², já o sítio de maior área é o 186 com 30000 m². Os demais sítios arqueológicos possuem área muito variável, sendo que entre 4000 e 5000 m² é onde existe a concentração de três sítios arqueológicos.

Todos os sítios arqueológicos em questão hoje se encontram destruídos, boa parte deles pela atividade agrícola, ou seja, uso do arado e do trator. Outro fator também foi a construção de imóveis nas áreas, como residência, igreja, campo de futebol, entre outros. Levando em conta a distância dos assentamentos com relação aos cursos d'água mais próximos, apenas um sítio foi atingido pelas cheias do rio Uruguai. Na atualidade tais sítios arqueológicos encontram-se submersos, foi em função da inundação da área que ocorreu esse levantamento arqueológico.

No que se refere a obtenção de alimentos, Noelli (1993) faz um levantamento dos diferentes métodos, e lista as espécies de fauna e da flora presentes na subsistência Guarani. Estes povos faziam uso da prática agrícola, tendo sido a pesca e a coleta servido de complemento a sua alimentação, variando as espécies de acordo com cada ambiente.

A ocupação de um amplo território por parte dos Guarani torna possível supor que os

assentamentos eram estabelecidos em locais onde houvesse uma significativa quantidade de plantas e animais conhecidos, tornando possível novas descobertas de plantas similares as já utilizadas ou de novas espécies, incorporando-as. Através dessa prática efetuavam um intenso manejo agroflorestal para fins de coleta, introduzindo novas espécies vegetais e aumentando o conjunto de espécies de seu interesse. Possibilitou também a introdução de novas cultivares na roça. (NOELLI, 1993).

A prescritividade Guarani permitiu a continuidade desse padrão comportamental de geração em geração, ou seja, toda a sua cultura material e seu padrão de subsistência foram transferidos para as diversas áreas ocupadas por eles, como demonstra Noelli:

[...] o grupo original se dispersou espaço-temporalmente, mas seus descendentes teriam mantido praticamente inalterada sua cultura material e suas estratégias de subsistência ao longo dos séculos. (NOELLI, 1993: p. 153)

Para Noelli (1993) os Guarani dispunham de amplo conhecimento ambiental, isso foi demonstrado no eficiente sistema de manejo desenvolvido por eles. A maioria das atividades de coleta eram realizadas em áreas com plantas cultivadas em antigas roças abandonadas. (NOELLI, 1993).

Algumas atividades eram exercidas de forma comunitária, como por exemplo, a derrubada do mato para a abertura da roça no sistema de coivara. (LANDA, 1988). As roças então eram cultivadas por poucos anos, após dois ou três anos era usada como local para o cultivo de plantas que se reproduzem por anos. Essas antigas roças também serviam como atrativo de caça e para a instalação de armadilhas, com o intuito de capturar diferentes animais para a sua alimentação. (NOELLI, 1993).

Dentre as espécies de plantas que faziam parte da subsistência Guarani, muitos são de origem amazônica, comprovando a teoria do manejo agroflorestal e do intenso estudo do ambiente onde estavam inseridos. Eram diversas as áreas onde se desenvolvia a prática da agricultura e do manejo ambiental, pois além das plantas que serviam de alimentação, também eram cultivadas espécies de plantas medicinais. Esse sistema de manejo ambiental possibilitou o desenvolvimento da agricultura perene e sazonal, dispondo assim, de uma variação alimentar durante todo o ano. (NOELLI, 1993).

Noelli (1993) ainda aponta para a importância da mandioca e do milho na subsistência e na parte simbólica Guarani. O levantamento feito por este autor aponta para a existência de trinta e nove gêneros divididos em cento e oitenta cultivares, que seriam plantados nas roças. Essa diversificação de cultivares poderia ter se operado através das viagens e visitas a aldeias

distantes onde eram efetuadas trocas. (NOELLI, 1993).

Existiu ainda uma forte divisão sexual do trabalho, porém essa divisão era complementar, ou seja, homens e mulheres teriam suas tarefas bem definidas, e desde crianças passavam a conviver junto com seu grupo aprendendo e auxiliando nas diferentes tarefas. Essa característica também obedecia a rígidos padrões de comportamento, ficando a produção e o uso dos equipamentos divididos especificamente por sexo. (LANDA, 1988).

Ainda de acordo com Landa (1988), na atividade agrícola, por exemplo, o homem preparava a roça enquanto a mulher plantava. A produção da cerâmica e a atividade têxtil, o processamento dos alimentos e bebidas era realizado por mulheres. Cestarias e o trabalho da madeira eram realizados pelos homens, assim como produtos líticos e o trabalho em osso e couro. Algumas atividades seriam realizadas por ambos, como a pesca. (LANDA, 1988).

Complementavam ainda a subsistência Guarani através da coleta de frutos, sementes, folhas, talos, rizomas, bulbos, raízes, brotos e drupas. Estas por sua vez poderiam ser consumidas de diferentes formas, servindo como condimento ou amido para ser estocado, ou ainda como temperos para carnes. Coletavam também algumas espécies de fungos e insetos, além do mel. Os relatórios do Projeto de Salvamento Alto Uruguai cita as espécies vegetais frutíferas, essas somam um total de quinze espécies, a região possui ainda a presença do pinheiro, fornecedor do pinhão também comestível.

Utilizavam ainda diversas técnicas para a caça e a pesca, podendo utilizar armadilhas, além de lanças, arco e da flecha, ou ainda substâncias vegetais ictiotóxicas para os peixes. Enfim as técnicas utilizadas tanto para a caça de animais terrestres, aves ou peixes eram diversas, todas elas visando a obtenção de carnes variadas para complementar a sua alimentação.

Tendo em vista a inserção dos Guarani em região de floresta, no Vale do Rio Uruguai, dispunham de madeira para a confecção de instrumentos e habitações. São diversas as espécies arbóreas chamadas de árvores de madeira de lei disponíveis na região fornecedoras de matéria prima de boa qualidade para tal atividade, somando um total de dezesseis.

O conjunto dos dezoito sítios arqueológicos analisados nesta pesquisa está inserido no interior do continente em área de floresta, é possível efetuar uma comparação com o conjunto dos vinte sítios arqueológicos analisados por Lino (2009) no Vale do Rio Araranguá, em Santa Catarina. Comparar os dados que ambos os conjuntos apresentam em comum, analisando as semelhanças e diferenças. São apresentadas três razões para esta análise, ambos os conjuntos

dispõe de consistentes estudos ambientais; o número de sítios arqueológicos é semelhantes e terceiro, possibilita efetuar uma comparação entre povoações Guarani do interior e do litoral, para o caso do Vale do Rio Araranguá.

É registrado uma homogeneidade pluviométrica, cerca de 2000 milímetros de chuva anuais para a região do Vale do Rio Uruguai, sendo que as máximas pluviométricas ocorrem no inverno e as mínimas no verão. (IBGE, 1990). Já para o caso do Vale do Rio Araranguá temos uma boa distribuição das chuvas, porém apresentando picos pluviométricos em fevereiro, março e setembro, ao final da estação quente e da estação mais fria, respectivamente. No que se refere as temperaturas na duas regiões, o Rio Grande do Sul registra temperaturas médias de 18°C, enquanto Santa Catarina registra 16 à 18° C, sendo as médias anuais semelhantes.

Enquanto os sítios arqueológicos do conjunto de Marcelino Ramos localizam-se em altitudes acima de 300 m, o conjunto de sítios do Vale do Rio Araranguá está localizado em baixa altitude, próximos do mar com mínimo de 10 m e máxima de 70 m. Quando é comparado a distância do sítio arqueológico para com a drenagem mais próxima, nota-se que está, em geral, a uma pequena distância. No caso do município gaúcho a concentração maior de sítios estão distante entre 10 e 90 m, no caso catarinense, a menor distância registrada é de 40 m, com registros também semelhantes.

No que se refere a localização nas feições geomorfológicas, o conjunto de sítios estudados por Lino (2009), predomina a escolha pela planície, a menor porção dos assentamentos está localizado em meia encosta. Já para o caso do conjunto de sítios de Marcelino Ramos, a maior concentração está em área de 2º terraço em local plano, e a segunda maior concentração em área de meia encosta, sendo está uma escolha em comum entre ambos os conjuntos.

Os sítios arqueológicos do município de Marcelino Ramos estão inseridos em vegetação de Floresta Ombrófila Mista, enquanto o conjunto de sítios do Vale do Rio Araranguá está em região litorânea. Ou seja, são ecossistemas distintos, com ofertas de recursos característicos de cada ambiente, sendo necessárias respostas adaptativas diferenciadas, porém, ao ser efetuado o comparativo entre ambos, percebe-se algumas semelhanças, como por exemplo, a distância até o curso d'água mais próximo e a escolha por locais planos para o estabelecimento do assentamento.

5 CONCLUSÕES FINAIS

O estudo do conjunto de sítios pertencentes ao estado gaúcho que fazem parte do Acervo Marilandi Goulart pode trazer contribuições importantes para a história das populações indígenas do norte do estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa foi realizada apenas com um conjunto reduzido de assentamentos, os pertencentes ao Município de Marcelino Ramos. A ideia inicial foi a de trabalhar com o conjunto de 79 sítios arqueológicos do estado gaúcho, ao longo do desenvolvimento da pesquisa tornou-se necessário efetuar a redução do recorte geográfico, tendo em vista o tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa.

Brochado (1984) defende que o estudo dos vestígios arqueológicos das populações pré-cabralina é o estudo da pré-história das populações indígenas do leste da América do Sul. Esta pesquisa tem como seu objetivo contribuir para uma história de longa duração das populações indígenas do sul do Brasil, tendo em vista que até os dias atuais a região registra a presença de grupos remanescentes de indígenas.

Em um primeiro momento esta pesquisa efetuou a apresentação do contexto histórico arqueológico do sul do Brasil. Teve início no século XIX, através da arqueologia amadora e de coleção. O marco inicial da arqueologia de cunho científico no país se deu em 1954, com a abertura do primeiro curso em arqueologia na UFPR. Mas foi somente em 1965 que Clifford Evans e Betty Meggers, através da fundação do PRONAPA, deram início a um programa de pesquisas arqueológicas no país, formando os primeiros profissionais e incentivando a abertura de novos cursos de formação em arqueologia ao longo do país. As contribuições desse programa são inegáveis, apesar de seus equívocos, possibilitou a construção de uma cronologia da ocupação pré-histórica no país, além de datações em radiocarbono e da divisão em tradições, fases e subtradições.

Um dos equívocos que este programa e seus profissionais difundiram foi quanto a terminologia utilizada para a cultura Guarani. Por isso efetuou-se a apresentação das diferentes terminologias para justificar a escolha da mais coerente a ser utilizada na pesquisa proposta, ou seja, **Guarani**, exatamente como está grafada.

O modelo de ocupação proposto por Meggers (1987) apresentou-se deficitário e problemático de ser expandido para todo o leste da América do Sul. Seu modelo foi elaborado

a partir de pesquisas realizadas na floresta amazônica, com diferentes grupos e etnias indígenas, em dois ambientes distintos, a saber: várzea e terra firme. O modelo apresentado por Noelli (1993) contestou a tese defendida por Meggers (1987) de que o ambiente era limitador de desenvolvimento cultural em função da baixa produtividade em termos de subsistência. Ou seja, para Noelli (1993) os povos Guarani desenvolveram um eficiente sistema de manejo agroflorestal que proporcionou uma alta taxa de produtividade de suas roças, sendo que a subsistência era complementada com produtos da caça, pesca e coleta de variadas espécies.

Adriana Dias (2003) e Jaisson Lino (2009) trouxeram importantes contribuições ao modelo proposto por Noelli (1993), a da especificidade do meio ambiente, ou seja, cada grupo estaria inserido em um ecossistema diferente, como é o caso do analisado nesta pesquisa no interior, e ao analisado por Lino (2009) no litoral. Sendo assim, ao elaborar um modelo de ocupação Guarani, é preciso analisar as características ambientais onde os assentamentos estão inseridos.

Para isso foi necessário o estudo das principais características ambientais da região norte do Rio Grande do Sul, mais precisamente, da região do Alto Vale do Rio Uruguai. A descrição das características ambientais dos sítios arqueológicos foi efetuada na terceira parte desta pesquisa, sendo necessária a apresentação dos conceitos utilizados para melhor compreensão do autor. As características ambientais dos últimos milhares de anos não sofreram profundas transformações, por isso é possível efetuar determinadas inferências. (LINO, 2009)

Tendo em vista a necessidade de análise e o estabelecimento de um perfil ambiental para o conjunto de dezoito sítios arqueológicos estudados, pertencentes ao município de Marcelino Ramos, no estado do Rio Grande do Sul, a descrição detalhada dos dados apresentados nos relatórios do Acervo Marilandi Goulart, ocupou a segunda parte da seção três.

A quarta parte então apresenta a tabulação dos dados obtidos no levantamento feito nos relatórios do Acervo Marilandi Goulart, tornando possível a observação das principais características do conjunto.

As principais semelhanças do conjunto de sítios arqueológicos diz respeito a localização dos assentamentos, sendo a grande parte em 2º terraço; a distância no que se refere ao curso d'água mais próximo, entre 10 e 90 m; a localização quanto a altitude entre

360 e 400 m, entre outras características que possibilitaram um padrão no modelo de assentamento para o município de Marcelino Ramos.

A comparação entre o perfil do conjunto de sítios deste município com o conjunto de sítios estudado por Lino (2009) permitiu uma reflexão sobre o padrão de assentamento utilizado pelos dois grupos Guarani. Observaram-se algumas semelhanças e diferenças nas principais características apresentadas, o primeiro grupo localizado no interior do continente, em altitudes mais altas, enquanto o segundo conjunto assentou-se em altitudes consideravelmente mais baixas, tendo em vista seu estabelecimento no litoral catarinense. Uma característica em comum é a distância dos sítios arqueológicos até o curso d'água mais próximo, em geral de até 100 m.

Levando em conta o conjunto de informações apresentado, pode-se concluir que conforme apontado por Dias (2003), os sítios arqueológicos que apresentam ausência de cerâmica fazem parte do mesmo sistema, a saber: as ocupações por parte dos povos Guarani que se assentaram na área por meio da instalação de aldeia e assentamentos. O pressuposto tradicional de que sistemas de assentamentos sem a presença da cerâmica está automaticamente associado a grupos caçadores-coletores anteriores aos Guarani, não possui comprovação a partir dos dados apresentados na pesquisa. Estes apontam para sítios de um mesmo sistema de povoamento, independente da presença ou ausência da cerâmica. Analisando algumas características ambientais da área, observa-se o estabelecimento de um quadro que aponta para um eficiente sistema de manejo e controle de recursos naturais, podendo indicar uma abundância de recursos durante todo o ano, através da prática da agricultura, do manejo ambiental, da caça, pesca e coleta.

REFERENCIAS

- BOADO, Felipe Criado. **Del Terreno AL Espacio**: Planteamientos y Perspectivas para La Arqueología Del Paisaje. 1 ed. 1999. USC (Universidade de Santiago de Compostela).
- BROCHADO, J. J. P. **An Ecological Modelo f the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América**. Tese de Doutorado. Champaign: University of Lllinois, 1984.
- CARBONERA, Mirian. **A Tradição Tupiguarani no Alto Uruguai**: Estudando o “Acervo Marilandi Goulart”. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo - RS: UNISINOS. 2008.
- DIAS, Adriana Schimidt, 2003. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico**: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. São Paulo – SP: USP Ed.
- FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- GOULART, Marilandi. **In**: Introdução: Projeto de Salvamento Arqueológico do Uruguai. Florianópolis – SC: ELETROSUL, 1997.
- GOULART, Marilandi. **In**: Cadastro dos Sítios Arqueológicos: Projeto de Salvamento Arqueológico do Uruguai. Vol V. Florianópolis – SC: ELETROSUL, 1997.
- GOULART, Marilandi. **In**: Ambiente: Projeto de Salvamento Arqueológico do Uruguai. Vol II, Tomos: I, II, III e IV. Florianópolis – SC: ELETROSUL, 1997.
- Guerra e Guerra, Antônio Teixeira & Antônio José Teixeira, 1924 – 1968. **Novo dicionário geológico – geomorfológico**. 9. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul**. V. 2. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.
- LANDA, Beatriz dos Santos. **A mulher Guarani**: Atividades e cultura material. Porto Alegre: PUCRS. 1995. Dissertação de Mestrado – p. 166 – 219.
- LINO, Jaisson. T. **Arqueologia Guarani no vale do Rio Araranguá**. Santa Catarina: aspectos de territorialidade e variabilidade funcional. Erechim, RS: Habilis, 2009.
- MEGGERS, B. J. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- NOELLI, F. S. **Sem tekohá não há tekó**: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí, Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS. Unissinos.
- NOELLI, F. S. **A ocupação humana na Região Sul do Brasil**: Arqueologia, debates e perspectivas 1872 – 2000. Revista USP – SP. P. 218 – 269.

ROGGE, J. H. **Adaptação na Floresta Subtropical**: A tradição Tupiguarani no médio Rio Jacuí e no Rio Pardo. Documentos 06, São Leopoldo, n. 06, 1996.

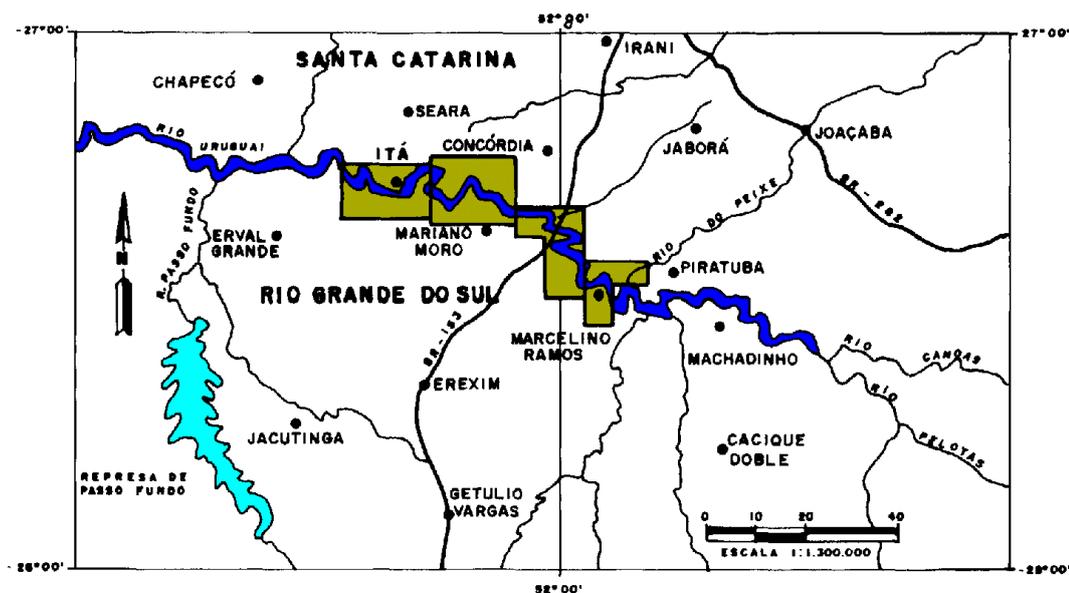
SAHLINS, Marshall David, **1930 – Ilhas de História**; Tradução, Barara Sette; Revisão Técnica, Márcia bandeira de Mello Leite. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL. Edmar Valdir Streck (et al.). – 2. Ed. – Porto Alegre: EMATER/RS-Ascar, 2008.

TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA PARA A CERÂMICA. Cadernos de Arqueologia, ano 01. Nº 01. Paranaguá.: UFPR, 1976, pp. 146.

ANEXOS

ANEXO A

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Mapa 3 - Mapa de localização geográfica da região de inserção do município de Marcelino Ramos – RS.